

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

De 27 de setembro a 03 de outubro de 1992 nº 57

ANGOLA: Chegou a hora da decisão.

O MPLA e a UNITA encerram suas campanhas com o tom de vitória, apesar da continuidade dos confrontos armados entre simpatizantes dos dois partidos por todo o país. Ambos buscaram na reta final retirar proveito eleitoral de todos os acontecimentos, o que tornou difícil uma avaliação mais criteriosa do que realmente aconteceu nesses últimos dias.

UNITA parece ter escolhido um tom mais agressivo, com seguidas acusações à polícia anti-motim, "os ninjas", paralelamente, a afirmação, muito grave, de que as FALA estão preparadas para revidar qualquer provocação. Esta declaração deixa claro a fragilidade da idéia das FAA e mais ainda demonstra a ineficácia do acordo de extinção das FAPLA e das FALA. Segundo alguns observadores do processo eleitoral a UNITA pretende, através de provocações desse tipo, a manutenção desses confrontos dispersos, o que levaria ao desgaste da posição defendida por José Eduardo dos Santos de que sua vitória nas ruas acarretaria a tão desejada paz.

José Eduardo teria percebido esta estratégia e como resposta pediu o máximo de paciência aos militantes do MPLA. O grande trunfo deste último é, por mais contraditório que seja, a imagem de desvinculação de José Eduardo em relação ao Partido. O capital de simpatia e calma conquistado por José Eduardo parece ser o mais sério adversário da UNITA. (p. 01 a 07). MB

ÁFRICA DO SUL: Buthelezi ameaça acordo entre De Klerk e Mandela.

O anunciado encontro entre o presidente sul-africano Frederik de Klerk e o líder do principal movimento de contestação ao status quo vigente na África do Sul, o ANC, teve finalmente lugar no sábado 26 de setembro. Esta reunião marcou uma reabertura do processo de negociação de uma nova ordem política para o país, suspenso há vários meses, em seguida ao massacre de Boipatong (onde 43 apoiantes do movimento liderado por Nelson Mandela foram assassinados, provavelmente por adeptos do movimento conservador Inkatha). Durante a longa — cerca de oito horas — reunião, Mandela conseguiu obter de De Klerk o compromisso de que todos os presos políticos serão libertados até 15 de novembro, e ainda a aceitação da necessidade de isolamento dos Albergues habitados por zulus e de impedir que os membros desta etnia possam portar "armas tradicionais" em público (estes dois últimos pontos são, no entender do ANC, dois focos de violência). Em contrapartida, o ANC comprometeu-se a revisar a política de "ações de massas", que vêm ultimamente promovendo por todo o país, trazendo enormes contingentes de manifestantes para as ruas. No entender do governo, tais manifestações contribuem fortemente para a ampliação do clima de violência que impera no país.

O encontro, todavia, teve seu sucesso comprometido pela reação do líder do Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, que veio a público rejeitar não só as restrições ao porte das "armas tradicionais", que afirma considerar um atributo cultural do povo zulu, como o próprio núcleo da reunião, o acordo entre as duas principais forças políticas do país: Buthelezi não admite ver seu partido, que não tem apoio de 10% do eleitorado, segundo as pesquisas de opinião, alijado de um papel decisivo no processo de negociação da nova ordem sul-africana. Não podemos avaliar até que ponto a pressão do Inkatha po-

NESTA EDIÇÃO:

Entrevistas com o arcebispo de Braga, Eurico D. Nogueira, e com o cantor angolano, Bonga.

p.2 e 6-7

De Klerk e Mandela reiniciam negociações. Buthelezi faz críticas.

p.9

Unicamp inicia programa de cooperação com Moçambique

p.10

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEEA do Conjunto Universitário Candido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622

R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

de alterar os rumos do processo. O quadro político sul-africano é extremamente complexo e instável, de forma que concordamos com o jornalista português Jorge Heitor, quando ele escreve no Público que "nenhum observador minimamente cético é capaz de pôr a mão no fogo pelo que se irá de fato verificar na República da África do Sul durante o último trimestre de 1992".

(pp. 8 e 9) FN

MOÇAMBIQUE: A guerra militar pode estar chegando ao fim, mas as próximas batalhas — pela manutenção da paz, pela democratização, por recursos, pela reconstrução nacional — também serão árduas.

A assinatura do Acordo Geral de Paz está prevista para 19 de outubro. Países como Portugal e Inglaterra (este historicamente defendeu estratégicos interesses na África Austral) terão papéis fundamentais na implantação das determinações protocolares. A previsão, talvez excessivamente otimista, é que em 1993 se realizem as eleições. As expectativas giram em torno da data para o cessar-fogo, e também quanto aos pontos acordados sobre as questões militar e constitucional. Juridicamente a assinatura dos protocolos poderá estabelecer alterações na constituição atual, umas das exigências fundamentais por parte da Renamo.

Por outro lado, internamente, é necessário ficarmos atentos para os constantes motins de tropas do exército oficial e dos mutilados pela guerra, que reivindicam melhores condições materiais. A perspectiva de desintegração institucional persiste, e nessas graves condições, cenários propícios para aventuras golpistas não devem ser descartados.

Quanto ao gravíssimo problema da Aids ou Sida (há ainda ameaças de avanços da tuberculose, da malária, da cólera, do sarampo, da desnutrição), a situação parece beirar a mais uma catástrofe, entre outras como a guerra, a seca, a fome, a desestruturação dos laços com a terra é com o parentesco etc. Como o país crescentemente se amarra à necessidade das ajudas internacionais, vê-se, por conseguinte, sem autonomia. Seguindo decisão do governo suíço, verbas serão desviadas de um plano de controle e combate à Aids para o apoio à educação. Por sinal, mesmo se implantado um vasto programa educacional e preventivo, somente dentro de 15 anos o mesmo começaria a produzir efeitos. Mas, tragicamente, no mesmo período de maturação cerca de 15% da população morreria com a doença.

O país, sem dúvida, sobrevive sob o peso de carências múltiplas. E uma radiografia dos problemas nacionais tende a ser ainda mais assustadora com o término da guerra militar, pois todo o terreno nacional clama por batalhas salvadoras. (pp. 10-12) EB

No coração da UNITA

**Gustavo Costa
no HUAMBO**

SE PROPAGANDA ganhasse eleições, o som ensurdecedor da juventude do Huambo, que na terça-feira acolheu o candidato Eduardo dos Santos, «nesta altura do campeonato» teria certamente assegurado já a vitória do Presidente nas primeiras eleições em Angola.

A verdade, porém, é que a última presença do candidato do MPLA por aquelas paragens acabou por demonstrar que o mais que será possível é reduzir o peso que o voto étnico tem naquela região. «O estigma do homem do Norte que marginalizou o homem do Sul é uma arma que o MPLA terá de enfrentar nas urnas» — advertiu um analista local afecto à organiza-

ção de Jonas Savimbi. Não foi, de resto, por acaso que o Presidente insistiu em deslocar-se ao Huambo por duas vezes no espaço de vinte dias e que, ao fazê-lo pela segunda vez, colocou um acento tónico na preservação da unidade nacional.

José Eduardo dos Santos não poderia, por outro lado, escolher melhor ocasião para enfrentar Savimbi no seu próprio terreno, num momento em que este dava mostras de evidentes sinais de nervosismo, proferindo declarações que chegaram a provocar um clima de mal-estar generalizado. «Os números são muito aleatórios e a suposta força do tribalismo aqui poderá ainda resultar nalguma surpresa» — garantiu um velho agrónomo, profundo conhecedor da idiossincrasia da população local. Sendo

evidente que o recurso a uma alegada mobilização compulsiva da população garantiu sempre maiores índices de audiência aos comícios de Jonas Savimbi, nas zonas urbanas o Presidente poderá forçar um interessante braço-de-ferro eleitoral.

O clima de insegurança e de intimidação a provocar o medo entre as populações rurais, segundo alguns observadores, poderá vir a constituir uma faca de dois gumes para a UNITA, que viu substancialmente reduzido o número de pessoas registadas. «A mensagem obscurantista e o culto pela felicitaria vão provocar uma onda muito grande de abstenção» — afirmou uma fonte independente, a justificar as suas apreensões pelo facto de naquela província se ter

(Continuação da 1ª página)
registado apenas 1/3 da população eleitoral.

Pior sorte teve o líder da UNITA em Malange, onde a população local primou por uma ausência quase total ao seu comício. Longe de se tratar de uma surpresa, alguns analistas sustentam que a deslocação de Jonas Savimbi àquela província serviu apenas «para cumprir calendário». Tida como uma «fortaleza inexpugnável» de apoio ao MPLA, em Malange o presidente da UNITA adoptou um discurso contemporizador que visou arrefecer os ânimos e pôr em lume brando o clima de animosidade que nos últimos tempos opôs os habitantes locais à sua organização.

(Continua na última página)

A Tensão sobe entre MPLA e UNITA

PÚBLICO

TERÇA-FEIRA, 22 SETEMBRO 1962

A conferência de imprensa tinha terminado. Um repórter aproximou-se do secretário do MPLA para a Informação, João Lourenço, e diz-lhe que a Angop, a agência oficial, acabara de noticiar a tomada pela UNITA do aeroporto Joaquim Kapango, no Kuíto (antiga Silva Porto), ameaçando abater qualquer aeronave que tente aterrar ou descolar. «Oxalá não se confirme essa notícia», reage o responsável do partido no poder. «Vive-se neste momento uma situação de guerra, pelo menos na região do Bié», acrescenta.

Uma semana do acto eleitoral e quando restam apenas quatro dias para actividades públicas de propaganda, José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi surpreenderam observadores e jornalistas ao suspenderem por 24 horas as respectivas campanhas.

O candidato do MPLA chamou ao Futungo de Belas, onde se situa o palácio presidencial, os responsáveis das duas campanhas em que está empenhado — a do MPLA, para as legislativas, e a sua própria, para a Presidência da República. Ao mesmo tempo o seu rival chamava ao Bié o estado-maior da UNITA.

«A situação é crítica», concluíram os homens do MPLA, referindo-se, não às perspectivas eleitorais, mas ao clima de confronto que se instalou na zona do Planalto Central. Segundo João Lourenço, que responsabiliza as forças de Savimbi por todos os incidentes registados, «a UNITA entrou em pânico», depois de «constatar a derrota que se avizinha nas eleições».

Ao fim do dia em Luanda, não se conheciam ainda os resul-

tados da reunião magna da UNITA. Um comunicado do Comando da Frente Centro do seu Exército, as FALA, tornado público ao fim da manhã, avisa que as suas forças estão preparadas «para responder com força e já a qualquer provocação». Segundo a UNITA, acções como a saída de tanques no Kunje ou o bombardeamento de posições suas pela Força Aérea governamental poderão «pôr em causa o processo eleitoral».

Domingo, no Bié, um pequeno acontecimento a que os jornalistas começaram por não atribuir relevo especial transformou-se rapidamente no mais grave incidente até agora da última fase da campanha eleitoral. Militares da UNITA que montavam segurança ao aeroporto local, onde Jonas Savimbi deveria aterrar dentro de minutos, cercaram um avião C-130 donde haviam saído 10 homens e três jeeps Range Rover que o MPLA afirmou pertencerem à segurança presidencial. Chamados os observadores da UNAVEM II, material e homens foram conduzidos para a respecti-

va delegação, onde a UNITA exibiu aos jornalistas duas espingardas-metralhadoras Makarov e 10 AK-47, bem como um milhar de munições.

A apreensão dos veículos e a detenção dos 10 homens ocorreu durante o comício de Jonas Savimbi, que aparentemente desconhecia o que se passava. Na delegação da UNAVEM, representantes da UNITA disseram aos jornalistas tratar-se de um «comando especial» que preparava um atentado contra Savimbi, tese que o partido voltou a perfilhar ontem no comunicado do seu Comando da Frente Centro, no qual ameaça «responder com força e já a qualquer provocação» do MPLA. «É bastante grave, esta situação. Em nenhum país do mundo um candidato, que é Presidente da República, pode ver a sua segurança pessoal raptada por um partido», disse o secretário do MPLA, sem especificar as medidas que o Governo poderá tomar.

Informações do Rádio Nacional indicaram mais tarde que a UNITA incendiou as três viatu-

ras, propriedade, alegadamente, da Presidência da República. Não se registaram vítimas — a UNITA, tanto quanto se sabia à hora do envio deste despacho, mantinha detidos os 10 elementos da segurança presidencial. Mas o secretário do MPLA para a Informação disse no encontro com a imprensa que eles haviam sido «raptados» e se encontravam «desaparecidos». O relevo dado por ambos os contendores ao acontecimento indica que pretendem retirar dele todos os dividendos eleitorais possíveis. Fonte da CCPM desvalorizou contudo o incidente, dizendo ao PÚBLICO que não é a primeira vez que surge neste processo acusações de preparação de atentados contra altos dirigentes de cada um dos partidos.

A CCPM decidiu ontem enviar ao local uma missão da Comissão de Verificação e Fiscalização. «É muito pouco», comentou fonte partidária ao PÚBLICO. O Governo — explica — não está em condições de reagir pela força à UNITA. «Seria interpretado como abuso de poder.» ■

Frases que agitam a campanha

SAVIMBI CONTRA Savimbi, parece ser neste momento o lema do MPLA, que tenta retirar os maiores dividendos eleitorais de frases que o presidente da UNITA tem vindo a «deixar cair» nos comícios. Ontem, o secretário do MPLA para a Informação convocou a imprensa para mostrar uma montagem em vídeo de declarações de Jonas Savimbi, proferidas sábado na Gabela, Kuanza-Sul. Os estratagemas da campanha incluíram ontem à noite algumas dessas frases no tempo de antena de José Eduardo dos Santos.

«Ao Dos Santos: E neste comício da Gabela que

ele está a ouvir, que ele faça atenção. Se me provocarem, isto vai ficar feio. Mas eu agora tenho um Exército. Combati os russos, combati os cubanos, derrotei as FAPLA»;

«Comigo, os antimatins estão a levar no focinho. Comigo, os antimatins em Luanda; comigo os antimatins em Benguela; comigo os antimatins no Huambo; comigo os antimatins no Bié; comigo os antimatins em Malanje, estão a levar no focinho»;

«Eu não sou general do Futungo das Belas. O povo angolano devia ter calma e esperar: desta vez o MPLA não vai conseguir mais.» ■

Optimismo moderado

1. COMO OLHA hoje, passados estes anos, para o processo político que se vive em Angola?

R — Encaro o processo político angolano, agora em curso, com muita esperança e moderado optimismo, consciente dos escolhos da ainda longa e difícil caminhada a percorrer.

Assisti e acompanhei a transição do anacrónico regime colonial para o desastroso estatuto de aparente independência, pois vivia no Sul de Angola.

Digo desastroso e aparente, porque imposto pela astúcia e violência de um dos três denominados "movimentos de libertação", transformado em partido único, sem qualquer consulta ao povo, apenas com o apoio da potência colonizadora, então a lavar apressada e cobardemente as mãos, e do bloco comunista da Europa de Leste, liderado pela ex-URSS, através do seu laço cubano. O resultado teria de ser a tragédia que está à vista.

Por várias vezes reuni, na casa episcopal de Sá da Bandeira, os cabecilhas locais dos três movimentos reconhecidos e participantes no Acordo de Alvor, rogando-lhes um esforço de compreensão e entendimento, em vista de se estabelecer em Angola uma séria democracia pluralista. Concordavam todos inteiramente comigo, mas alegavam completa impotência perante a atitude e orientações vindas de mais alto. E assim empurraram Angola para a tragédia de que ainda não saiu.

2. Que solução eleitoral considera mais vantajosa:

a) vitória presidencial e legislativa de um líder e respectivo partido;

b) vitória presidencial de um líder e legislativa de um partido diferente;

c) necessidade de coligação por ausência de maioria absoluta?

R — Torna-se para mim muito difícil, por ser delicado e melindroso, pronunciar-me sobre um assunto essencialmente político, em razão das responsabilidades eclesiais que pesam sobre mim — o que não significa que não tenha opinião pessoal sobre as hipóteses postas em alternativa.

Apenas direi que me parecia útil, nas circunstâncias presentes, uma terceira força política, não comprometida na guerra sangrenta e fratricida de 16 anos, que pudesse servir de fiel da balança entre os dois grandes movimentos em confronto.

Nem faltam homens com capacidade para isso. Infelizmente as quezílias mesquinhas e ambições pessoais so-

brepuseram-se ao bem comum e superior interesse da Nação. Os agrupamentos políticos que poderiam organizar uma terceira força muito expressiva pulverizaram-se numa dúzia de partidos, sem significado, representação e credibilidade inviabilizando aquela. É pena...

3. Quais os desafios mais importantes com que a sociedade angolana se defrontará no período pós eleitoral?

R — O grande desafio da iminente democracia angolana será, a par da sua consolidação, a reconciliação nacional. É tarefa muito difícil, pois as feridas são profundas e sangrentas, e o instinto de vingança muito forte.

A Igreja católica angolana, muito expressiva e influente, está a empenhar toda a sua capacidade pedagógica e de persuasão, no sentido de se atenuarem agravos passados, ultrapassando reacções primárias e domando os instintos do "homem velho". Mas sabe-se quanto isso é difícil.

Simultaneamente vem a ingente tarefa de reconstruir e pôr em movimento um país de enormes potencialidades, mas arruinado pela ambição, caprichos e cegueira de políticos sem escrúpulos que só procuram servir-se a eles mesmos, em vez de servirem o povo que dizem representar, como é seu dever e razão única de seguirmos tal caminho. A História julgá-los-á com severidade.

4. Qual acha que deveria ser o resultado do ponto de vista dos interesses portugueses?

R — Peço licença para não me pronunciar sobre este ponto, não obstante ter acerca do mesmo uma opinião pessoal, que julgo bem alicerçada.

Mas não deixo de acentuar que, a médio prazo, Portugal virá a encontrar em Angola um adequado espaço de acolhimento e colaboração para os seus cidadãos, um pouco à semelhança do que se vem passando no Brasil.

Voltei a Angola, com alguma demora em 1988 e no ano em curso — desta vez na comitiva do Papa —, e posso afirmar que palpa-se lá um vivo desejo de verem regressar os portugueses, não para exercerem cargos de projecção política evidentemente, mas para colaborarem na recuperação e desenvolvimento do país, com todas as etnias, como só eles sabem fazer. ■

* arcebispo de Braga e antigo bispo da diocese de Sá da Bandeira (actual Lubango), abrangendo os distritos de Huíla, Moçâmedes e Cunene (1972-77).

UNITA controla mais de 500 mil eleitores

nas áreas onde a UNITA continua a exercer influência militar estão registados mais de

500 mil eleitores, a quem a propaganda política dos outros partidos só terá chegado através da televisão — que está longe de cobrir a totalidade do território — e da rádio.

Num cenário de afluência às urnas de 85 por cento dos 4,8 milhões de cidadãos eleitores, estarão em causa 32 dos 220 lugares no parlamento. Uma situação que dirigentes da UNITA reconhecem e que o Governo, para já, prefere não denunciar.

É uma herança dos 16 anos da guerra civil. O controlo militar que a UNITA tinha no território não se circunscrevia às regiões do sul do país, ao contrário do que dizia o Governo. É um legado dos acordos assinados em Bicesse, cuja aplicação no terreno foi adiando sempre a desmobilização dos efectivos dos dois exércitos militares.

Parece corresponder a uma preocupação estratégica da UNITA, que teve condições, nestes 15 meses de cessar-fogo, de expandir a sua componente militar a áreas onde nunca tinha chegado.

É uma vitória do movimento de Jonas Savimbi, que insiste nas suas intervenções públicas em esgrimir com o argumento militar para reagir no campo do confronto político: "Se me provocarem, isto vai ficar feio. Eu agora tenho um exército", avisava o líder da UNITA num recente comício na Gabela, província do Kuanza Sul.

Os observadores parecem lavar as mãos. Juizes, sem poder de sentença, deste processo, foram insistindo na necessidade de a administração central estar representada em todo o território angolano. Advertia-se que as populações residentes em áreas sem delegação da administração do Estado angolano não seriam registadas nos cadernos eleitorais.

A verdade, porém, é que o registo se realizou até na Jamba, onde o poder político jamais esteve presente. Prevaleceu o princípio do direito de voto de todo e qualquer cidadão angolano, indiferentemente da sua raça, ideologia, religião ou lugar de residência.

Tão pouco outra ameaça que o partido no poder fizera, de que não haveria eleições onde não tivesse havido propaganda eleitoral de outros partidos, se-

rá concretizada. Entendeu a Comissão Nacional Eleitoral que todo o cidadão registado deveria votar.

"Seria muito grave coartar o direito de voto a um cidadão com o pressuposto de que não teve livre acesso à informação", sustenta o director-geral das eleições, Onofre dos Santos.

No âmbito da Comissão Conjunta Politico-Militar (CC-PM), os observadores enjeitam qualquer espécie de responsabilidade, afirmando que "só o entendimento entre as duas partes teria permitido chegar a esta altura sem este tipo de problemas".

A UNITA não se inibe de reconhecer esta situação. Um alto dirigente deste partido avançou mesmo com um "quinhentos mil ou mais", referindo-se aos eleitores que viviam nas áreas de influência militar da organização de Jonas Savimbi. Explica que "em 31 de Maio de 1991 a UNITA controlava mais de metade do território" e responsabiliza os outros partidos pela ausência de propaganda política nas áreas ainda controladas: "Nós não temos culpa. Quem não fez campanha foi porque não quis ou não teve meios para isso".

O MPLA e o Governo, por seu lado, parecem guardar —

como trunfo — para depois das eleições uma denúncia desta situação. Uma atitude que parece revelar, além do mais, uma grande confiança no resultado eleitoral. Na hipótese de uma afluência às urnas de 85 por cento, estes eleitores que vivem em áreas de influência militar da UNITA representam 32 dos 220 mandatos da Assembleia Nacional, 16 pelo círculo nacional e, dependendo da sua distribuição pelas províncias, outros tantos nos círculos provinciais.

Num encontro com os embaixadores que representam os países doadores do processo de paz, o Presidente da República chamou a atenção para essa situação. Terá dito porém, que preferia "levantar o problema para já", mas que o utilizará "como argumento contrário a qualquer tentativa de a UNITA recusar os resultados das eleições".

Para além das razões de um ou outro dos lados, a verdade é que — tudo aponta nesse sentido — quando se dirigirem às assembleias de voto, mais de meio milhão de angolanos não terá tido acesso à propaganda eleitoral da maioria dos partidos e dos candidatos.

A não ser através da televisão — que na maioria das províncias chega apenas à respectiva capital e a que no conjunto do país apenas 25 por cento da população tem acesso regular — e da rádio.

Aliás, alguns eleitores (nomeadamente os analfabetos, que são mais de 32 por cento) colocam já a questão de como identificar os candidatos e os partidos nos boletins de voto se não lhes conhecem os rostos e os símbolos. ■ A.M.

Dos nossos enviados
 Adelino Gomes,
 António Matos (textos)
 e Luís Ramos (fotos)

Não haverá segunda volta nas presidenciais

Na recta final da campanha, o candidato presidencial do MPLA escolheu o Huambo, "capital" militar da UNITA, para lançar um violento ataque contra Jonas Savimbi. Quase sem levantar a voz, num tom que mais parece o de alguém que fala para um grupo de amigos a uma mesa de café, Dos Santos recordou os incidentes de há dois dias no Kuito, capital do Bié, cujo aeroporto foi ocupado pela UNITA e onde militares deste partido detiveram elementos da sua segurança e queimaram três jipes da Presidência da República.

No único momento vivo de um discurso de apenas meia hora, todo centrado em volta da necessidade de "estabilidade, paz e segurança", Eduardo dos Santos recordou a ameaça de Savimbi de que iria "partir o foinho aos [policiais] antimotins" (ver PÚBLICO de ontem), para perguntar à multi-

placação dos angolanos", disse. "Estamos preocupados agora é com esta possibilidade de a ditadura da Jamba se estender a toda a Angola."

Cantos para Savimbi

O candidato do MPLA se-meou a parte mais substancial do seu discurso de referências concretas a episódios dolorosos da longa e dramática guerra civil que teve a região da antiga Nova Lisboa, no planalto central de Angola, como um dos palcos privilegiados: a sabotagem do Caminho de Ferro de Benguela, a destruição de pontes, os longos anos sem electricidade e sem água (só agora em vias de voltar às torneiras da capital da província). "Neste momento já não são nem o roubo do gado nem o desaparecimento dos seus filhos o motivo de

preocupação dos angolanos", disse. "Estamos preocupados agora é com esta possibilidade de a ditadura da Jamba se estender a toda a Angola."

Envoltos em cartazes com a foto de Eduardo dos Santos, rapazes e raparigas do Huambo, muitos deles ainda meninos de escola, percorreram durante o fim da manhã e o meio da tarde a estrada do aeroporto e ruas e praças da cidade, onde lojas e repartições públicas fecharam depois de o Governo provincial anunciar tolerância de ponto. Após o comício, enquanto o candidato almoçava com um grupo restrito de individualidades locais e alguns sobas — reluzentes nas suas fardas novas de caqui castanho — uma caravana de quase duas dezenas de viaturas, motas de quatro rodas à

frente, percorreu as ruas laterais da cidade gritando palavras de ordem em louvor de Savimbi.

Na hora do regresso a Luanda, Eduardo dos Santos, visivelmente satisfeito, declarou-se convencido da sua vitória e de que não haverá sequer necessidade de segunda volta nas presidenciais. "Se a UNITA não acatar os resultados", respondeu à televisão angolana, "O MPLA mobilizará a população". No Huambo, dissera antes o governador Baltazar Manuel ao PÚBLICO, "o mínimo que o MPLA conseguirá são 55 por cento". A previsão faz sorrir o encarregado do comité de zona do Bairro de São Pedro, Júlio Sá Nando. "O povo está cansado. Vai experimentar outro poder", diz, enquanto ali mesmo na estrada, a um quilómetro do centro da cidade, homens e mulheres cantam e dançam em honra de Savimbi. ■

Savimbi admite encontro com Eduardo dos Santos

O presidente da UNITA, Jonas Savimbi, afirmou no Uije, Norte de Angola, que gostaria de se encontrar novamente com Eduardo dos Santos antes das eleições. "Seria a melhor forma de transmitir aos angolanos uma mensagem de confiança e serenidade", explicou. Savimbi falava aos jornalistas no momento da sua chegada à capital daquela província norte-nordeste, onde ontem realizou mais um comício.

Desde o meio-dia de quarta-feira, dia em que deveria ter-se realizado o comício, centenas de pessoas aguardavam no aeroporto a chegada do seu "muata da paz". Dezenas de crianças fizeram ecoar durante mais de cinco horas o som das flautas que a sua própria habilidade criara. Nos lábios dos jovens bacongos, tubos de cobre e plástico emitiam sons por vezes desagarrados, mas sempre ao ritmo dos tambores. "Não temos hambú seco, por isso fazemos as flautas com estes tubos", lamentava-se um jovem

de 16 anos, "t-shirt" da UNITA e alguma dificuldade em expressar-se em português.

Quando por fim chegou, já o sol era posto, o avião que o transportava foi cercado em segundos por centenas de adultos e crianças que gritavam "Savimbi é o nosso guia". Instantes depois, ele próprio caminhava lentamente por entre os apoiantes, que se atropelavam para o tocar, para desespero dos elementos da sua obsessiva segurança pessoal. Acenou depois à multidão que o aguardava a pé firme e entrou numa sala onde respondeu às perguntas dos jornalistas estrangeiros que o acompanham na sua digressão pelo norte do país.

Balanço positivo

O presidente da UNITA afirmou, então, que o balanço da sua campanha "é largamente positivo" e que "os incidentes de percurso foram todos provocados pelo Governo". Questionado sobre o que

fará se perder as eleições, respondeu ironicamente que "a pessoa certa a quem dirigir essa pergunta é o presidente dos Santos". A entrega de ambos os candidatos presidenciais às actividades de campanha é, para Savimbi, a "principal razão que tem impedido" a realização de mais um encontro entre ambos. De facto, nos últimos dias não têm sobrado muitos tempos livres nas agendas dos candidatos. José Eduardo dos Santos esteve ontem no município do Andulo, província do Bié, terra da infância de Jonas Savimbi. Este, por seu lado, andou num corropio pelos municípios das províncias do Uije e do Zaire. Hoje, MPLA e UNITA medem forças em Luanda.

O líder da UNITA e o Presidente da República tinham anunciado, no fim de um encontro realizado no passado dia 7 deste mês, que voltariam a encontrar-se antes das eleições. No Uije, Savimbi admitiu essa possibilidade para o próximo dia 28, véspera das elei-

ções. E no fim da conversa com os jornalistas voltaria a ironizar. "Não sei por que é que não me perguntaram pelo general Dembo", exclamou, expressando-se em inglês.

A questão da dissidência de António Dembo, 48 anos, transformara-se no principal facto político dos últimos dias. Ao contrário do que o PÚBLICO noticiou na sua edição de 20 de Setembro citando fontes não oficiais, o chefe da frente norte das FALA (exército da UNITA) encontra-se no Uije, integrado nas actividades do seu partido. "O Dembo não foge. Isso foi mais uma intoxicação do MPLA e do Governo", disse ao PÚBLICO o número três da UNITA.

Do ponto de vista do general Dembo, que afirma desempenhar neste momento "apenas funções políticas", apesar de continuar a ser "ministro" da Defesa da UNITA, as informações postas a circular em Luanda "visavam enfraquecer" a sua organização. "Nunca pensei em abandonar a UNITA, de que sou militante desde 1974 e continuarei a ser", assegurou. Dembo negou informações que indicam ter sido já alvo de tentativas de aliciamento, em particular do MPLA, para abandonar a UNITA.

Passava das 18 horas quando Savimbi, na companhia de Dembo, abandonou o aeroporto em direcção à cidade. Na torre de controlo, à altitude de 829 metros, o soldado da UNITA que vigia a pista — entre as bandeiras do MPLA e as do seu partido — pode, finalmente, descansar. ■

Das notícias enviadas
António Matos (texto)
e Luís Ramos (foto)
no Uije

Pretória atenta

O PRESIDENTE sul-africano, Frederik de Klerk, exortou ontem "todas as partes" envolvidas no quadro político angolano a absterem-se de actos de violência que possam ameaçar o processo de paz. E, em comunicado distribuído em Pretória pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, reconheceu os "progressos encorajantes" já obtidos neste domínio desde a assinatura dos acordos de Bicesse.

Por seu turno, o presidente do ANC, Nelson Mandela, que tal como De Klerk recebeu a visita

do ministro angolano das Relações Exteriores, Pedro de Castro Van Dunem, "Loy", prometeu usar a sua influência para que diversos países — incluindo os Estados Unidos — dissuadam Jonas Savimbi de retomar a guerra (na hipótese de perder as eleições).

O visitante alegou que "certas forças" sul-africanas continuam a apoiar a UNITA e que se Savimbi esteve no dia 17 em Pretória com generais sul-africanos "não foi certamente para falar de paz". ■

De Prudência à Vitória

A fila de batedores e guerrilheiros caminha em silêncio desde a base da Prudência até à Vitória. As bases da FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda-Renovada) têm nomes simbólicos. É aqui que nos preparamos, com prudência; é de lá que partiremos para a vitória.

Ninguém conhece a sua localização, algures na floresta de Cabinda, uma das mais densas de África.

Penetra-se neste emaranhado verde, de exuberância mágica, de folhagens, raízes, troncos, lianas. Envolve-nos o som cristalino das árvores, dos insectos, da aragem. E ocorrem-nos imagens inevitáveis da nossa memória cinéfila: o Vietname.

Também aqui a natureza tem a ambiguidade do horror. "Eram nossos amigos. Disse-mos 'Até à vista'". Quando regressámos, estavam no mesmo lugar, no seu posto de vigia, no meio da mata, mortos. A carne já apodrecida, sem nada..." — relata, pas-

sando a mão pelo rosto, o coronel Artur Tibassa, do bureau político-militar da FLEC-Renovada. "Ou quando nos perdemos, em zonas controladas pelo inimigo... ou quando temos um companheiro gravemente ferido e é preciso fugir. 'Deixa-me aqui, mata-me para não sofrer mais'. 'Não, tu vais viver, vem connosco'. E depois vem a sucumbir quilómetros à frente".

"É muito duro" — conclui Artur Tibassa que, "quando tu, do acabar", não quer nenhum cargo político. "Estou cansado, na Cabinda independente quero passar o resto dos meus dias a pescar".

A coluna prossegue o caminho de Prudência a Vitória. Tudo está calmo e seguro. Aqui, nas áreas controladas pelos guerrilheiros da FLEC-Renovada, o terror são eles.

Novos recrutas

"Boa tarde, minha gente", saúda o tenente-coronel Fran-

cisco Rodrigues, chefe de Estado-Maior da FLEC Renovada. "Boa tarde", responde em coro o grupo de três centenas de jovens sentados no meio da parada da base de Vitória.

Acabaram de chegar, têm a trouxa ao lado, estão sujos e cansados da viagem. Vieram da cidade de Cabinda, entregar-se à FLEC. "É muito positivo, mas é uma complicação", desabafa Francisco Rodrigues. "Não há condições para treinar todos ao mesmo tempo". Quando a instrução do grupo de jovens que está a ser treinado na base de Vitória terminar, começarão os vinte recrutas que chegaram a semana passada. Os novos terão de esperar. Têm 18, 20 anos, alguns muito menos. "O nosso treino militar é especial", explica o chefe do Estado-Maior. "Dentro de um mês, todos estarão prontos para combater".

A chegada de novos recrutas é — diz Francisco Rodrigues — um acontecimento habitual

nas bases da FLEC. Mas a "chegada em massa" destes jovens tem para ele um significado político especial. "Quase até à independência de Angola, o MPLA tinha pouca gente. Mas de repente jovens começaram a revoltar-se e a aderir em massa. Foi o que os levou à vitória. É o que está a acontecer agora, conosco. Com o levantamento geral da juventude".

Na parada, uma clareira no meio da floresta rodeada pelas instalações militares, constituídas por telhados de colmo, jovens recrutas acompanham o izar da bandeira com o hino da FLEC-Renovada. "Cabindeses destemidos / heróicos descendentes...".

"Em Cabinda ninguém vota nas eleições angolanas" — assegura um dos jovens recrutas que chegou da capital. "Quem votar...". Passa a mão aberta pelo pescoço.

É o objectivo da FLEC (tanto a facção mais radical, a FLEC-FAC, como a mais moderada, FLEC-Renovada): provocar a abstenção generalizada dos cabindeses, o que constituirá, dizem, um referendo ao desejo popular de independência.

Nos próximos dias, será lançada uma ofensiva geral em todas as frentes, contra quartéis das FAPLA, postos administrativos. O que pretendemos — afirma o tenente-coronel António Bento, secretário-geral da FLEC-Renovada — é dialogar com as autoridades angolanas. Os que vencerem as eleições, sejam quem forem. Para a independência de Cabinda. As divisões no seio dos cabindeses não são um problema; "não somos hostis", entender-se-ão para escolher um representante comum.

Após mais de 18 anos de luta nas matas, de luta sangrenta, no silêncio da floresta, os dirigentes da FLEC-Renovada sentem que chegou a altura de se darem a conhecer. "Durante anos e anos ninguém sabia da nossa existência. O MPLA bloqueou e comprou toda a informação em Angola, e mesmo no estrangeiro", diz António Bento.

Quando conseguimos estabelecer a primeira ligação via satélite com Lisboa, os guerrilheiros independentistas cabindeses ficaram maravilhados, postados em volta da antena parabólica e dos dois jornalistas. "É um dia histórico".

Na longa caminhada pela mata, os guerrilheiros vão quebrando o silêncio à medida que se aproximam do destino. Têm uma confiança imperturbável de que é aquele o trilho que os levará de Prudência a Vitória. ■

EUA entre a ansiedade e a expectativa

PÚBLICO
QUINTA-FEIRA, 24 SETEMBRO 1992

OS ESTADOS Unidos estão a encarar as eleições angolanas com um misto de expectativa e ansiedade e a expectativa deve-se, nas palavras de um diplomata, ao facto de o processo se ter desenrolado com razoável sucesso e de muitas dificuldades terem sido ultrapassadas por forma a permitir a realização de eleições num tão curto espaço de tempo após a assinatura dos acordos de paz de Bicesse.

O mesmo diplomata nota que o registo eleitoral constituiu uma "conquista notável", e partilha da opinião das Nações Unidas de que existe um "entusiasmo genuíno" com o processo eleitoral.

Uma certa dose de ansiedade decorre do facto de esse entusiasmo estar a traduzir-se por excessos e provocações de parte a parte, resultando nos amplamente noticiados focos de violência política.

"O problema é e é excessiva militarização do país" nesta fase do processo, declarou ao PÚBLICO um diplomata americano. Seria preferível — disse — ter acelerado o processo de desmobilização das FAPLA e das FALA, mas o processo foi lento e "problemático". Adiantou esperar que isso

"não afecte as actividades eleitorais".

"Os militares entendem-se e há um esforço genuíno para estruturar o mais depressa possível as novas forças armadas; o trabalho não será concluído antes das eleições, mas julgo que há boa vontade para o fazer imediatamente a seguir", adiantou a mesma fonte.

O interlocutor reafirmou a posição norte-americana de que "os EUA aceitarão as determinações das Nações Unidas sobre o carácter livre e justo das eleições, ou não". Crê, todavia, estarem criadas as condições básicas para os angolanos exercerem o seu direito de voto em liberdade e com maturidade.

Os diplomatas americanos em Luanda manifestam-se também preocupados com as alegações de parcialidade dos EUA no processo eleitoral. Quando passou por Luanda na semana passada, o número dois da diplomacia africana do Departamento de Estado declarou que todas as acções dos EUA "são transparentes"; mas outros diplomatas reconhecem que alguns sentem difi-

culdade em acreditar na neutralidade pelo "temos que fazer um esforço maior para explicar a nossa política".

Washington insiste que o seu principal objectivo neste processo eleitoral é a eleição democrática de um governo, através de um processo livre e justo e não o de apoiar a UNITA. Um dos passos dos EUA para ultrapassar as suspeitas dos que vêem o apoio passado ao movimento de Savimbi como razão para suspeitar da imparcialidade foi a decisão de não transportar nos seus helicópteros militares as urnas de voto das secções respectivas para os centros regionais — essa tarefa ficará a cargo das Nações Unidas.

Os EUA prometeram ainda estabelecer relações diplomáticas com o governo que vencer as eleições, "qualquer que seja", desde que a ONU declare que as eleições foram livres e justas.

Por outro lado, Washington tenta assumir-se, nas palavras de um diplomata, "como uma voz de optimismo e encorajamento por entre a desconfiança que reina entre a UNITA e o MPLA". ■

Bill Morris, em Luanda

Extintos ontem os exércitos do MPLA e da UNITA

Do nosso enviado
Adelino Gomes,
em Luanda

Mataram-se uns aos outros, durante 15 anos. Alinham lado a lado nas paradas dos quartéis, desde ontem. Juraram ser apartidários e defender a democracia. Constituem as Forças Armadas de Angola. Portugal deu uma ajuda.

José Eduardo dos Santos e Jonas Malheiro Savimbi, líderes do MPLA e da UNITA, puseram-se sábado de acordo. Ontem à noite, os representantes dos dois parti-

dos na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) puseram termo às FAPLA e às FALA, os exércitos dos dois principais partidos que amanhã e depois disputam o primeiro lugar nas eleições legislativas e presidenciais de Angola.

Em sua substituição, os signatários dos acordos de Bicesse, apoiados por assessores militares portugueses, franceses e ingleses, criaram as Forças Armadas Angolanas, cujos efectivos não ultrapassarão os 50 mil homens: 40 mil do Exército, seis mil da Força Aérea e quatro mil da Marinha. A dissolução dos dois exércitos, que se enfrentaram durante 15 anos numa guerra feroz, não é acompanhada, como os dois partidos se comprometeram e os observadores do processo de paz (EUA, Rússia e Portugal) desejavam, pela entrada em funcionamento pleno das Forças Armadas de Angola (FAA).

Ao contrário da Força Aérea e da Marinha, que contam desde sábado com a totalidade dos seus

effectivos (85 por cento dos quais oriundos das FAPLA), o Exército — que será comandado por um ex-FALA — dispõe apenas de um quarto do contingente: 40 por cento do sistema administrativo previsto, e nove por cento do sistema operacional.

Fontes ligadas ao processo atribuem a responsabilidade desta situação a atrasos na desmobilização, na entrega das listas de material de guerra e na formação do pessoal, que apontam, porém, como decorrentes de “opções de carácter político” tanto do MPLA como da UNITA. Foi a envolvente política que comandou e coordenou “todo o processo”, sustenta um oficial superior português que não esconde o seu entusiasmo pela experiência, “difícil mas aliciante” de transformar “dois exércitos organizados para a guerra num Exército feito para a paz”.

A estrutura do novo Exército distingue-se da da maioria dos países do continente africano pela

capacidade de comando e controlo e maior flexibilidade e operacionalidade, aproximando-o do pendor clássico da maior parte dos países da NATO. Ao lado das tradicionais missões de defesa da integridade territorial contra ameaças externas, as FAA deverão colaborar em tarefas relacionadas com “a satisfação das necessidades básicas e melhoria da qualidade de vida das populações”.

Características mais salientes dos oficiais, sargentos e soldados que a partir de agora os angolanos se vão acostumar a ver fardados de uniforme verde carregado, vindo das Oficinas Gerais de Fardamento, em Portugal: pertenciam todos ou às FALA ou às FAPLA; são voluntários; e aceitam o princípio do apartidarismo, comprometendo-se a garantir o “regular funcionamento das instituições democráticas”.

A inclusão de um número aparentemente excessivo de oficiais superiores no organigrama do novo Exército, bem como a decisão de considerar todos os seus elementos como ao serviço desde os 18 anos ou 20 anos (soldados e oficiais, respectivamente) são encaradas como opções inteligentes por parte do poder político.

Portugal teve uma participação activa em a organização técnica e doutrinária das FAA, através de uma equipa de seis oficiais superiores dos três ramos, chefiada pelo general Tomé Pinto, e de uma outra constituída por duas dezenas de formadores, sob a orientação do brigadeiro Aranha.

Os portugueses foram responsáveis pela formação dos primeiros cinquenta formadores angolanos (oriundos, em partes iguais, dos dois Exércitos), e dos oficiais do Estado-Maior e participaram nos cursos dados pelos seus antigos formando a 300 oficiais e 600 sargentos.

Foi também de inspiração portuguesa a organização do Ministério da Defesa em moldes que os angolanos preferiram a uma proposta britânica, e que garantem aos generais a sua manutenção nos cargos independentemente dos resultados das eleições.

Apesar da exiguidade dos meios materiais e operacionais das Forças Armadas de Angola (FAA), observadores consideram muito difícil a ocorrência de um eventual golpe de estado por parte das forças remanescentes — cujo número e material bélico disponível se afigura considerável — de cada um dos exércitos. O gene-

ral Tomé Pinto e a equipa de oficiais superiores que o acompanhou neste processo vão mais longe: “Não há condições para actos de violência.”

Segundo Tomé Pinto, “o edifício das FAA começa a ter uma grande harmonia, embora incompleto ainda”.

Uma hora depois do anúncio da dissolução dos dois exércitos, e da nomeação dos generais N'Dalu (ex-FAPLA) e Ben-Ben (ex-FALA) para a chefia do Estado-Maior General das novas Forças Armadas de Angola, militares das FAPLA e das FALA confrontaram-se no centro da capital. Mau augúrio: dois mortos não confirmados, à hora do fecho desta edição. Mas o primeiro teste sério a essa harmonia vive-lo-ão as Forças Armadas Angolanas na quarta-feira à noite, quando os resultados forem conhecidos e um dos signatários da sua criação derrotado nas primeiras eleições livres da História de Angola. ■

PUBLICO

SEGUNDA-FEIRA, 20 SETEMBRO 1992

PUBLICO
QUARTA-FEIRA, 23 SETEMBRO 1992

Tiros contra bandeira

“A UNITA é o nosso melhor propagandista”, acabara de dizer o governador Baltazar Manuel, denunciando actos de intimidação constantes por parte da UNITA em toda a região do Huambo. Apresenta como prova um episódio que se teria desenrolado na madrugada de ontem, terça-feira. Na versão do coronel Walter Gomes — um filho de madeirenses, que com 32 anos de idade ocupa o posto de segundo comandante da Frente Centro — cinco tanques Casper da UNITA saíram do acantonamento e percorreram ruas da cidade, poucas horas antes da chegada do Presidente. O incidente só foi resolvido após um encontro entre oficiais superiores dos dois exércitos. Para o governador, tratou-se de uma óbvia tentativa de intimidação das populações, na linha de actuações da UNITA ao longo do último mês e meio.

A cena decorre no palácio do governador. Um tiro. Gritos, gente que corre na direcção de um terreiro, em frente dos jardins do palácio. Polícias e soldados governamentais disparam para o chão, fazendo um círculo de fogo em volta de um homem que procura escapar às coronhadas e pontapés de novos polícias e soldados que chegam. O homem segura ainda uma pequena bandeira da UNITA que trazia na mão. “Estão a fazer ‘processo’, não sou da UNITA”, protesta, desamparado, no

meio da pequena multidão de militares e manifestantes ruidosos. A dois passos, o homem que o transportava na motorizada tem o medo estampado no rosto. “Quando Savimbi vem, nós não passamos pela Casa Branca [residência do líder da UNITA]”, justifica um alto funcionário do Governo local. A polícia leva António, de 21 anos, e Tiago Vasco, 23, que sangram e tremem. Uma mulher dá com o pau da bandeira do MPLA na cabeça de um deles. ■

TEMPO DE ANTENA

A “Kizomba” do MPLA

SAVIMBI a discursar na Jamba. Os temas são os mesmos que tem desenvolvido ao longo das últimas semanas, mas o líder da UNITA parece fatigado, tem a voz rouca e os olhos sem brilho. A seguir aparecem imagens dos comícios que a UNITA está a fazer um pouco por todo o país. Multidões a agitar bandeiras, mulheres a dançar. Os tempos de antena da

UNITA já dificilmente se distinguem uns dos outros.

O MPLA, ao contrário, subiu de nível. O último programa do partido no poder, no passado domingo, foi talvez o mais interessante desta campanha. Centrado num estúdio, a partir do qual um agitadíssimo animador ia lançando temas e introduzindo depoimentos. Imagens de jovens nas ruas,

declarações de alguns dos músicos mais populares em Angola, como Eduardo Paim e Paulo Flores — ambos a residir em Portugal. “Eu gosto de desbunda”, diz uma jovem entrevistada na rua, “quem gosta de desbunda deve votar no MPLA”. Enfim, a campanha transformada numa imensa kizomba (festa).

O Conselho Nacional Democrático

de Angola (CNDA), pequeno partido que recentemente assinou um acordo de cooperação com a UNITA, centrou a sua emissão num violento ataque àquilo que definiu como “a tara do luso-tropicalismo”. Partido maioritariamente constituído por angolanos de língua lingala, muitos deles nascidos no Zaire, o CNDA vem-se destacando na defesa de um regresso “aos valores genuinamente africanos”. “O MPLA”, afirmou um dos líderes do partido, “foi formado por um grupo de assimilados, pessoas que absorveram a tara do luso-tropicalismo decorrente da colonização portuguesa, e que ao decidirem iniciar a luta contra o colonialismo estavam na realidade a lutar contra a sua pátria amada”. ■

PUBLICO

QUARTA-FEIRA, 23 SETEMBRO 1992

O fim da descolonização

Opinião

PÚBLICO

TERÇA-FEIRA, 22 SETEMBRO 1992

Pedro Pezarat Correia*

SÉGUNDO a leitura que faço do que é o fenómeno complexo e prolongado da descolonização, só agora, com o fim da guerra civil e as eleições que lhe estão associadas, o processo de descolonização de Angola entra na sua fase terminal. Como escrevi no meu livro "Descolonização de Angola — A Jóia da Coroa do Império Português", um ciclo descolonizador desenrola-se ao longo de cinco fases: tomada de consciência; luta de libertação; transferência do poder; substituição do aparelho colonial pelas estruturas do novo Estado; por fim, a fase de consolidação da consciência nacional. A guerra civil que se seguiu à transferência do poder em 11 de Novembro de 1975 e o período dos acordos de Bicesse, que ainda se prolongará para além das eleições de 29-30 de Setembro, correspondem às duas fases finais.

Em Angola, mosaico de grupos étnicos por vezes rivais, que o período colonial e, em especial, a guerra colonial de 1961-74, com a existência de três movimentos de libertação, ajudou a distanciar, na linha do que aconteceu em muitos países saídos do domínio colonial, o Estado precedeu a nação, e o enraizamento de uma consciência nacional foi prejudicado pela guerra civil que se seguiu à independência. Também a anterior fase de implantação das estruturas do novo Estado esteve longe de produzir resultados. Culpa da guerra civil e das intervenções armadas estrangeiras, certamente, mas também de erros e fragilidades do poder que muitas vezes não soube, ou não pôde, encontrar as respostas mais convenientes para os imensos problemas que enfrentou.

O processo eleitoral é, em tese, positivo e favorável à busca de soluções que a situação

de Angola exige. O que está por demonstrar é-se, na sua aplicação prática, corresponderá àquele conteúdo teórico. Não estará tanto em causa o acto eleitoral em si, já que a complexa máquina montada e a supervisão das Nações Unidas permitem supor que decorra com um mínimo de legitimidade. A questão de fundo é-se este acto eleitoral, decalcado mecanicamente dos modelos ocidentais, corresponderá à realidade político-sociológica da Angola de hoje. E uma disputa eleitoral assente em partidos, sendo que as grandes dúvidas se erguem exactamente sobre a existência de partidos, do tipo ocidental. Deixemos os agrupamentos que foram surgindo e que, como a campanha eleitoral tem demonstrado, são produtos totalmente artificiais. Os que se apresentam mais estruturados são os três antigos movimentos de libertação, MPLA, FNLA e UNITA.

Está demonstrado que tais movimentos, por natureza militarizados, hierarquizados, centralistas, fechados, autoritários, têm imensa dificuldade em tornar-se partidos políticos, com as cúpulas imanando das bases, abertos à discussão interna, com prática democrática e descentralizada. Mesmo o partido que tem estado no poder, se bem que evidenciando maior evolução na implantação das estruturas partidárias, fê-lo numa lógica de partido único, identificando-se com o Estado, com todos os vícios que daí decorrem. Há o risco de, num acto eleitoral formalmente livre, se estar a escolher uma cúpula de Estado democraticamente frágil, porque assente em estruturas partidárias sem tradição democrática.

A principal preocupação vem porém da

desconfiança com que se olham as duas maiores forças concorrentes, fruto da guerra civil de 17 anos, para além das disputas armadas ainda em plena guerra colonial. A grande lacuna no cumprimento dos acordos de Bicesse é, como se receava, a constituição do exército nacional único e a desmobilização dos vultosos efectivos das FAPLA (MPLA) e FALA (UNITA). A democraticidade das eleições será sempre afectada pela existência de grupos armados partidários, que constituirão instrumentos de pressão e limitarão a liberdade de escolha, particularmente naquelas áreas onde, violando os compromissos de Bicesse, se mantêm condicionamentos à circulação de pessoas e à extensão do controlo administrativo do Estado. É preocupante que o líder da UNITA declare que os militares das FALA no exército único nunca combaterão em Cabinda, o que pressupõe a intenção de manter um controlo partidário sobre os militares oriundos das suas fileiras, depois de incorporados no exército nacional. Ou ainda que Jorge Valentim, responsável da UNITA para a informação, afirme que "a combatividade das FALA continua".

As eleições de Angola merecem uma expectativa benevolente. Mas será leviano embandeirar-se em arco.

Não prevejo a viabilidade de, das eleições, sair um governo de coligação entre as duas maiores forças políticas. Aliás, depois da euforia das declarações de Durão Barroso sobre o recente encontro em Luanda da missão tripartida, a UNITA já deitou água na fervura: "A UNITA nunca fará uma coligação com o MPLA", declarou Valentim. Diz-me a expe-

riência angolana que, num governo de coligação, os ministros indicados por cada um dos partidos estariam sempre mais subordinados à sua direcção partidária do que ao chefe do governo.

Por isso, não separando o desejável do possível, a melhor solução será que das eleições saia uma maioria favorável, mas que nem por isso deixem de ser convidados para o governo personalidades independentes ou de outros partidos, nele participando a título individual e não como delegados das suas cúpulas partidárias. Parece-me ainda que para o bom funcionamento, nesta fase embrionária, dum modelo político nunca ali experimentado, convirá que o Presidente da República seja eleito em coerência com a maioria da assembleia, donde sairá a nomeação do governo.

As relações com Portugal, políticas, culturais e económicas, não serão indiferentes ao resultado das eleições em Angola. Como o não será a estabilidade dos portugueses que ali trabalham. Creio que só o mais cego sectarismo político impedirá que tal se vislumbre com nitidez. Mau será, e há boas razões para o recear, que mudanças radicais venham a transformar Angola numa nova "República do Zaire". Portugal e os portugueses nada teriam a ganhar com isso. Talvez os Estados Unidos não pensem da mesma maneira. ■

* oficial general na reserva. Em 1974-75, como elemento do MFA em Angola, participou activamente no processo de descolonização; membro da delegação portuguesa aos acordos do Alvor; investigador de temas de descolonização, autor do livro "Descolonização de Angola — A Jóia da Coroa do Império Português"

Mulher, católica, analfabeta

QUINTA-FEIRA, 24 SETEMBRO 1992

PÚBLICO

SÃO CERCA de 4,8 milhões os angolanos que nas próximas terça e quarta-feira vão eleger, pela primeira vez, um Presidente da República e os deputados da Assembleia Nacional. Um universo marcado, essencialmente, por uma multiplicidade étnico-linguística, mas que pode ser caracterizado por alguns traços comuns, a partir de uma amostragem

dos inquéritos que serviram de base a um censo da população realizado em 1982 e dos resultados do próprio registo eleitoral.

Da análise dos dados conclui-se que há mais mulheres do que homens inscritos nos cadernos eleitorais (50,6 para 49,4 por cento) e que o escalão etário mais representativo é o da faixa 18-24 anos,

que agrupa cerca de 27 em cada cem eleitores. Os votantes até aos 39 anos são largamente maioritários, concentrando-se aí cerca de 67 por cento. O segundo escalão etário é o de 30-39, com 22 em cada cem, e o terceiro é o de 25-29, muito próximo do grupo com mais de 50 anos, ambos com cerca de 17 por cento.

Um pouco mais de 32 em cada cem eleitores angolanos são analfabetos; 31 por cento não vão além do ciclo básico de quatro anos de escolaridade. Os quadros médios e superiores não chegam a sete por cento e os eleitores habilitados com graus de ensino preparatório e secundário representam 30 por cento do universo. A língua materna mais

representativa é o umbundu, que predomina no centro do país e é falado por 38 por cento dos angolanos. Segue-se o Kimbundu, originário do norte litoral, idioma de 21 em cada 100 eleitores. O português é a terceira língua materna dos angolanos, falado por apenas 11,8 por cento da população com idade eleitoral, segue-se o Kikongo, do norte do país, dialecto de comunicação entre 11 por cento. O Tchokwe, a predominante em algumas províncias do

Leste, é falado por 8,2 por cento. Ganguela, Cuanhama ou Ovimbundo, Lingala e Fio-te são línguas de comunicação entre sete em cada 100 angolanos.

Entre os credos religiosos, a Igreja Católica é maioritária, com 56,8 por cento. As Igrejas Evangélicas, Metodistas e Adventistas reúnem cerca de 23 de cada cem angolanos. Seguem-se os tocuistas (2,7 por cento) e os kimbaquistas (2). ■

António Matos, em Luanda

INQUÉRITO

Barceló de Carvalho (Bonga)* Sociedade caótica

P. — COMO olha hoje, passados estes anos, para o processo político que se vive em Angola?

R. — Vejo uma família desconhecida, que é o MPLA, a impor regras novas porque é Governo, recuperando tudo e todos com vista à obtenção de dividendos para as eleições. Mas sem controlar de nenhuma forma, nem política nem economicamente, o caos em que se transformou a sociedade angolana.

Por outro lado, uma oposição forte, comandada pela UNITA, que há muito resiste para se fazer entender, sobretudo na capital — Luanda —, que, em tempos de aprendizagem democrática, não é monopólio de ninguém.

Nervosamente, experimentam-se todas as artimanhas para efeitos imediatos, sobretudo junto da imprensa internacional. Muitos boatos, ameaças, especulações, conversa fiada, mas também alianças, e tudo isto a ser observado pelos organismos internacionais que pressionam os angolanos.

P. — Que solução eleitoral considera mais vantajosa:

a) vitória presidencial e legislativa de um líder e do respectivo partido

b) vitória presidencial de um líder e legislativa de outro partido

c) necessidade de coligação por ausência de maioria absoluta

R. — Vitória presidencial e legislativa de um líder e do respectivo partido. Porque, no estado de degradação a que chegou a sociedade angolana, só com autoridade e grande coordenação entre o Presidente e o Governo do país. Sobretudo se atendermos ainda à inexperiência democrática. É, portanto, necessário que a transição não seja brusca demais.

P. — Quais os desafios mais importantes com que a sociedade angolana se deparará no período pós-eleitoral?

R. — Em primeiro lugar, considero importante que as autoridades eleitas saibam explicar ao país que não há milagres em política e que ninguém tem uma varinha mágica para modificar a situação de um dia para o outro. Depois, devem ser tomadas medidas drásticas no plano económico e social para que a sociedade angolana se passe a reger por regras e leis que se cumpram e não por candongas e esquemas. E, sobretudo, que não nos venham mais com a infelizmente célebre frase de que África não tem essa experiência! ■

*cantor angolano

PUBLICO QUARTA-FEIRA, 23 SETEMBRO 1992

Savimbi modera discurso

António Matos
em Malange

Savimbi visitou Malange, onde não encontrou grandes apoios mas onde também não foi hostilizado. A calma nas ruas da cidade não se alterou, mesmo quando o disparo de um tiro provocou algum nervosismo no recinto do comício, em que Savimbi pareceu mais moderado.

Os jornalistas são transportados para Malange ao princípio da manhã, muitas horas antes do comício da UNITA. O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, viajaria para o Huambo e o espaço aéreo ficou encerrado

— por motivos de segurança — a partir das 08h30.

A primeira paragem é na escola sindical M'dibi Emílio, um espaço visivelmente ocupado pela UNITA, apesar das explicações dadas por um dirigente local do partido: "São instalações da UNTA [União Nacional dos Trabalhadores Angolanos] que pedimos durante algumas horas para vos acolher". Foi ali que os jornalistas acabaram por pernoitar.

Em direcção à cidade, cruzava-se, então, o bairro Vila Matilde. Em frente ao comité piloto, apoiantes da UNITA preparavam já a festa do comício. Eram 09h00 e Savimbi só chegaria às 15h00. Polícias e militares da UNITA ao longo do percurso evidenciam as preocupações de segurança. Parecem entender-se na sua missão e até ao final do dia não se registarão incidentes.

Junto ao mercado da cidade, um grupo de apoiantes da UNITA canta e dança, de um lado da rua. Centenas de apoiantes do MPLA observam, alinhados no outro passeio. Um polícia gesticula freneticamente para os carros, mantendo a rua desobstruída. Os sons da UNITA são entrecortados por um silêncio gelado. Ninguém dispersa. Chega a temer-se o pior quando, de dentro do mercado, uma jovem é expulsa por dois simpáticos do MPLA. A polícia mostrara-se apenas, mas com a propósito.

Minutos antes, cinco outros

juvens com bonés onde se lia "UNITA — a paz" interpelavam um grupo de mulheres que têm a seus pés pedaços de panfletos onde estava impressa a effigie de Savimbi. Um grupo de jornalistas estrangeiros aproxima-se, os juvenes desabafam ("Já viram? Depois dizem que a UNITA é que provoca") e voltam a integrar-se numa marcha que ruma para o norte da cidade. Em direcção ao bairro da carreira de tiro, palco de sangrentos confrontos entre o MPLA e a UNITA, em Julho e Agosto últimos.

Savimbi tenta a expiação dos medos

Ao recinto escolhido para o comício, um campo de futebol do clube ferroviário de Malange, as pessoas não afluem em grande número. O nervosismo dos organizadores era evidente. Procuravam disfarçar as clareiras: "O velho (Savimbi) está a chegar. Há muito lugar. Muito lugar mesmo. Não há razão para nos apertarmos" — gritavam pela instalação sonora.

Os sobas, várias dezenas, tinham chegado cerca do meio dia. Apresentaram-se com os tradicionais chapéus — "Kijinga" — em forma de chifres. Esperaram mais de três horas pelo "muata da paz". Não pareciam aborrecidos. "Vimos ouvir o José Eduardo dos Santos há dias. Temos de ouvir também este" — esclarece um deles.

Savimbi chegaria, por fim. Nas costas da sua "t-shirt" amarela lia-se: "Esta é a sua última oportunidade". No peito, os símbolos da UNITA e o conselho: "Vote no partido que vai ganhar". "Ié, ié, ié. Ié, ié, ié. Viva África. Viva Angola. Viva a UNITA". Como tem sido invariável, começou assim o seu discurso, em que se mostrou preocupado em expiar os medos dos eleitores. "O homem que fez a guerra não tem medo. Eu vim até aqui para provar que não tenho medo" — disse, numa referência aos incidentes dos últimos meses em Malange.

Quando souo o barulho de um disparo e as pessoas se agitavam, Savimbi insistiria: "Não tenham medo. Os que lutaram contra os russos e os cubanos estão aqui". E, a talho de foice, foi-se novamente aos "ninjas", designação da polícia antiterrorismo: "Se nós tivéssemos medo dos 'ninjas' que andam a fazer confusão, não vínhamos para aqui. Para nós, os 'ninjas' são como o cachorro. Um dia vão passar com a cauda no fogo".

O discurso de Jonas Savimbi em Malange foi, porém, considerado pelos observadores mais moderado do que os anteriores. E foi ainda sob o tema do medo que concluiu: "Eu passo a noite aqui em Malange. Eu não tenho medo. Nunca tive medo". Um dos sobas que assistira ao comício continuava, contudo, temeroso: "Se um dos dois partidos descobre que votei no outro, mata-me". ■

Os dois diabos, o Papa e os kimbanguistas

"QUEREM que escolhamos entre dois diabos", disse Josefa Webba, dirigente do Partido Democrático Angolano, PDA, referindo-se a José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi. Webba, que falava no tempo de antena do seu partido, na quinta-feira à noite, atacou com particular violência o líder da UNITA, afirmando não perceber como é que alguém pode ser candidato a Presidente de uma República da qual não possui sequer o respectivo bilhete de identidade. O PDA tem como candidato à Presidência Alberto Neto, o qual tem feito uma campanha algo confusa, atacando simultaneamente o MPLA e a UNITA, mas sem que se perceba muito bem as suas propostas.

A Frente para a Libertação Nacional de Angola, FNLA, um dos três partidos históricos concorrentes a estas eleições, surpreendeu todos os observadores pela extrema debilidade da sua campanha. Sem meios nem ima-

ginação, a FNLA vem desenvolvendo uma campanha apagada, ao nível dos pequenos partidos do norte, seus concorrentes mais directos. Na rádio ocupa a maior parte dos espaços a que tem direito com corais religiosos de influência protestante. Curiosamente, mesmo as mensagens políticas do partido de Holden Roberto surgem contaminadas por expressões religiosas: "O eterno combaterá por vós, e vós ficareis tranquilos. Como é que Israel conseguiu encontrar o seu caminho num deserto onde nem havia caminhos? Porque tinha fé em Deus. Também nós, angolanos, devemos ter fé em Deus".

Mesmo a coligação Angola Democrática, AD, que tem feito uma campanha sóbria e inteligente não resistiu ao apelo religioso e o seu candidato presidencial, Simão Cacete (ex-prisioneiro político, acusado de pertencer à Organização Comunista de Angola, OCA, possivelmente a única força de inspiração albanesa que existiu em África) foi filmado a visitar uma igreja kimbanguista. Os kimbanguistas, uma igreja cristã surgida no Zaire no princípio do século, congrega cerca de dois por cento da população angolana.

Ainda no capítulo das relações entre partidos e igrejas, uma nota para José Eduardo dos Santos, cujas imagens ao lado do Papa João Paulo VI continuam a ser utilizadas em todos os seus tempos de antena. ■ J.E.A.

PUBLICO SEGUNDA-FEIRA, 28 SETEMBRO 1992

14 MORTOS EM DESASTRE ANGOLANO — 14 pessoas morreram quando um helicóptero das Nações Unidas que participava nas operações eleitorais em Angola caiu na província do Uíje. As vítimas são dez angolanos e os quatro tripulantes russos do aparelho.

SEXTA-FEIRA, 25 SETEMBRO 1992

8 O reflector sul-africano

EXPRESSO, SÁBADO 26 DE SETEMBRO DE 1992

A ÁFRICA do Sul é há muito considerada o «grande motor» potencial de África em termos económicos, mas a pergunta mais imediata é se vai cumprir essa sua missão de força motriz da democracia no continente.

O impacto do país na economia de outros territórios africanos foi imenso, particularmente na África Austral. Em Moçambique e Angola, a estratégia de desestabilização de Pretória destruiu efectivamente qualquer hipótese de evolução democrática imediata após a independência. O regime autoritário de Robert Mugabe, no Zimbábue, também se firmou em grande parte devido ao receio da África do Sul branca. Os pequenos reinos da Suazilândia e Lesoto há muito que são vítimas da manipulação sul-africana, que tornou absurda qualquer pretensão de democracia. Mais para o Norte, o regime despótico do Presidente Banda, no Malawi, foi apoiado pela África do Sul, tal como o do Presidente Mobutu, no Zaire, e há provas da interferência de Pretória no processo político de países tão longínquos como as Seychelles.

São, portanto, grandes as esperanças de que o processo de reformas na África do Sul tenha um efeito reflexo noutras partes de África. Efeito que, de facto, já começou a ser sentido na Namíbia, onde o Presidente De Klerk facilitou (não sem algumas hesitações) as eleições supervisionadas pela ONU e que levaram ao poder Sam Nujoma, sendo actualmente um dos poucos regimes realmente democráticos do continente. Agora existe pelo menos a esperança de que a paz e a democracia se consigam afirmar em Angola e Moçambique, ao mesmo tempo que movimentos democráticos surgem ainda hesitantes no Lesoto e na Suazilândia.

Mas se as novas esperanças para a África Austral se poderão ou não concretizar, isso depende até certo ponto de se saber se o ideal democrático se irá materializar na própria África do Sul. E, se-

gundo os indícios, isso vai depender do que se entende por democracia.

Até agora, as crises repetidas que se verificam na revisão constitucional têm tido por base, em grande parte, problemas que até certo ponto não dizem respeito à questão da democracia política: massacres, controlo das forças de segurança, libertação de prisioneiros políticos, o direito ao uso de «armas tradicionais», amnistia geral, regime de transição e a forma como decorrerão as futuras negociações constitucionais.

Mas os analistas começam a interrogar-se se a espera no processo de negociação não será uma armadilha fatal — devido às diferenças fundamentais no entendimento sobre o significado da palavra democracia entre os principais parceiros, o Governo e o ANC.

Ambos declararam publicamente o seu apoio à ideia de «um homem-um voto», no âmbito de um Estado unitário. Mas, embora sendo uma definição superficial de democracia, é uma fórmula que pode dar guarida a numerosas perversões do verdadeiro ideal democrático. O Governo De Klerk, por exemplo, deixa entender que poderá vir a defender um modelo constitucional federal, com «partilha de poder», que daria representação nacional à maioria negra, mas com pouco mais poder do que agora detém. Esta forma de pensar poderia conduzir a uma ruptura das negociações, à imposição de um «acordo» unilateral pelo Governo e a maiores conflitos, com repercussões nas democracias de todo o continente.

África do Sul: De Klerk recebe Mandela

O PRESIDENTE sul-africano, Frederik de Klerk, volta a receber hoje, ao fim de longos meses de tensão, o líder do ANC, Nelson Mandela, a fim de em conjunto procurarem acabar com a violência que tem dilacerado o país e que só este ano já matou pelo menos 2500 pessoas, na sua generalidade negros.

Centro e vinte e quatro presos políticos foram libertados, para que esta cimeira fosse possível — disse ontem o ANC, sem que tivesse havido confirmação oficial, a qual seria aliás bem difícil de dar pois que o Governo não queria admitir a existência de quaisquer presos políticos, alegando que toda a gente se encontrava detida pela prática de delitos comuns.

O ministro do Desenvolvimento Regional, Roelf Meyer, e o secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, têm-se reunido sucessivas vezes durante os últimos 19 dias, a fim de prepararem a reunião de alto nível que eventualmente ajude a ultrapassar o impasse. E a avançar para a for-

mação de um Governo de Unidade Nacional, prelúdio de quaisquer eleições gerais em que pela primeira vez participem — lado a lado — todos os sul-africanos.

Mandela retirou-se da Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa) depois de 43 simpatizantes seus terem sido chacinados em Boipatong no dia

17 de Junho, aparentemente por pessoas afectas ao Partido Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi.

Este fim-de-semana, a coincidir com a cimeira marcada para o World Trade Center, na zona de Joanesburgo, receiam-se novos actos de violência, durante as cerimónias que em Kwamashu, na província do Natal, vão evocar Shaka, o rei zulu do início do século passado cuja herança espiritual é reivindicada pelo Inkatha. ■

PÚBLICO

SÁBADO, 26 SETEMBRO 1992

Zulus sem fiança

PÚBLICO 22 SETEMBRO 1992

SETENTA E UM residentes do albergue zulu de Kwamadala, supostamente responsáveis pelo massacre de 39 pessoas em Boipatong, em Junho passado, compareceram ontem no tribunal de Vanderbijlpark para prestar declarações. Mas a primeira audiência, realizada à porta fechada pelo envolvimento de quatro menores no caso, registou apenas o pedido de fianças apresentado pela defesa, ao qual se opôs o Estado. O juiz Reynolds, que preside ao colectivo, adiou para o dia 28 uma decisão nesta matéria. O massacre de 17 de Junho lançou a África do Sul numa crise política sem precedentes, com o ANC a exigir, entre outras, medidas concretas contra a violência racial, e a abandonar as negociações no âmbito da Conferência para uma África do Sul Democrática. ■

Sindicalista sul-africano em Lisboa

PÚBLICO

22 SETEMBRO 1992

O PRESIDENTE da central sindical sul-africana Cosatu, John Gomomo, chega hoje a Lisboa à frente de uma delegação, para uma visita de três dias a Portugal a convite da CGTP, informou ontem esta central sindical. A delegação da Cosatu, central próxima ao Congresso Nacional Africano (ANC), será recebida amanhã, ao princípio da noite, pelo Presidente da República, em Ponte de Lima, sendo acompanhada nesta audiência pelo coordenador da CGTP, Manuel Carvalho da Silva. Do programa da visita fazem parte ainda encontros com o Conselho Executivo da CGTP e com os Unidos Sindi-

EXPRESSO, SÁBADO 26 DE SETEMBRO DE 1992

BTA e BNU inauguram banco em S. Tomé

OS BANCOS Totta & Açores e Nacional Ultramarino vão inaugurar, na segunda metade de Outubro, o Banco Internacional de São Tomé e Príncipe. Segundo Alípio Dias, presidente da comissão executiva do BTA, o banco vai arrancar com um capital social de meio milhão de contos e faz parte da «concretização da estratégia do Totta & Açores» que aponta para a cobertura bancária de todos os PALOP (Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa). Refira-se que durante a primeira quinzena de Outubro, o BTA vai também abrir uma sucursal em Luanda, na sequência da autorização entretanto concedida pelo Governo angolano.

Jorge Heller*

PÚBLICO

DOMINGO, 27 SETEMBRO 1992

Passadas que eram as 19 horas locais (18 em Lisboa), já noite no Transvaal, Frederik de Klerk aniu ontem de uma longa reunião com Nelson Mandela e anunciou terem concordado em encerrar o restabelecimento da Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa), suspensa desde há mais de três meses.

Os dois políticos tinham estado reunidos desde manhã num enorme edifício dos subúrbios de Joanesburgo, a fim de procurarem acabar com a violência que tem enlutado os sul-africanos e estabelecer bases para a democratização do país.

Ao sentarem-se à mesa, pelas 11 horas, o Presidente da República e o líder do principal movimento de oposição haviam sorrido muito, dado abraços e dito que se queriam reconciliar, dois destes meses horríveis em que se assistiu às chacinas de Boipatong e de Bisho.

Sorrisos e abraços foram mais ou menos formais, como sempre acontece nestas ocasiões, para gáudio de fotógrafos e operadores de câmara. Mas a vontade de ultrapassar o fosso entre o Governo e o ANC teria sido mais ou menos sincera, pois ambos sabem decerto que não chegarão a lado nenhum se acaso se deixarem arrastar pelos elementos extremistas que existem de um e outro lado (tanto entre a comunidade branca como no seio da maioria negra).

Em palavras quase idênticas, que durante dias haviam sido preparadas pelo ministro do Desenvolvimento Constitucional, Roelf Muller, e pelo secretário-geral do Congresso Nacional Africano, Cyril Ramaphosa, o Presidente e o líder da oposição manifestaram o desejo de voltar à mesa das negociações, ao lado das demais formações políticas.

“Os canais de comunicação estão novamente abertos” — disse De Klerk no fim da maratona, antes de prever que todas as principais forças políticas sul-africanas voltarão a sentar-se na mesma sala e a tentar forjar as bases de uma “paz duradoura”.

O Chefe do Estado pormenorizou ter concordado com Mandela quanto a uma série de preocupações comuns, incluindo o problema dos albergues para trabalhadores que vivem longe da família e o do porte de armas perigosas.

Segundo ele, o ANC aceita reconsiderar o seu controverso programa de “acções de massas” que tanta confusão tem lançado na África do Sul durante os últimos meses, como for-

ma de forçar o regime de acabar de vez com o monopólio do poder e de permitir a formação de um autêntico Governo de Unidade Nacional.

Frederik de Klerk falou de “importantes passos em frente”, mas decerto será necessário esperar ainda mais alguns dias até se verificar se tudo passa ou não de simples retórica.

Já tantas vezes as partes em conflito se aproximaram e se afastaram, durante os últimos dois anos, que nenhum observador minimamente céptico é capaz de pôr as mãos no fogo pelo que se irá de facto verificar na República da África do Sul durante o último trimestre de 1992.

Para já, estão a ser libertadas algumas centenas de presos que o ANC considera políticos; e no dia 12 de Outubro principia na Cidade do Cabo uma sessão parlamentar extraordinária que poderá lançar mais luz sobre as intenções do Presidente De Klerk e do Partido Nacional, a médio prazo.

Nos três anos que vão decorridos do seu mandato, o Chefe do Estado e do Governo aboliu as leis do apartheid e encetou o diálogo para a democratização da África do Sul; mas o ANC alega que os brancos se querem perpetuar no poder e que estão a bloquear a formação de um Governo de Unidade Nacional.

Admite-se agora, se outros factores negativos não vierem complicar a questão, que a Codesa seja restada dentro de algumas semanas, que se prepare uma Constituição Provisória, que o tal Governo de Unidade se forme no início de 1993 e que... Nelson Mandela continue a pensar cada vez mais no dia em que deseja substituir De Klerk na Presidência, por força do voto.

No entanto, há que ter sempre em conta a forte rivalidade existente entre o ANC e um partido de negros conservadores, maioritariamente zulus: o Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi. Rivalidade essa que poderá anular muitas das esperanças surgidas do encontro de ontem e continuar a mergulhar a África do Sul num rio de sangue. ■

* com Steven Lang, em Joanesburgo

Buthelezi estraga a festa

PÚBLICO

9

SEGUNDA-FEIRA, 28 SETEMBRO 1992

QUANDO ontem de manhã quase toda a África do Sul celebrava o aparente êxito da reunião havida na véspera entre o Presidente De Klerk e o líder do ANC, veio o número um do partido Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, lançar um balde de água fria sobre as esperanças de apaziguamento.

Cioso dos seus pergaminhos de príncipe zulu e querendo preservar a identidade cultural de um povo que teve no rei Shaka o seu máximo expoente, Buthelezi disse que nem o Inkatha nem o Kwazulu — bastão de que é primeiro-ministro — voltam à Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa).

Ou seja, depois de o Presidente da República e Nelson Mandela terem lançado as bases para que o processo negocial Codesa fosse retomado, após um intervalo de quatro meses, surgiu “o terceiro homem” da política sul-africana a tornar as coisas uma vez mais bastante complicadas.

Aproveitando as celebrações do Dia de Shaka, em honra do herói zulu de princípios do século passado, o primeiro-ministro do Kwazulu criticou alguns dos entendimentos a que chegaram De Klerk e Mandela; designadamente, que os zulus sejam proibidos de usar em público as suas lanças e outras armas tradicionais e que se construam barreiras de isolamento em redor dos albergues essencialmente utilizados por trabalhadores dessa etnia.

Insiste o ANC em que o porte de armas contribui bastante para a violência e em que os trabalhadores dos albergues entram muitas vezes em choque com as populações dos arredores, normalmente pertencentes a outros grupos étnicos. O Presidente da República — que se encontra entre a espada e a parede — procurou dar-lhe ouvidos. Mas logo veio Buthelezi recordar que a situação na África do Sul é extremamente complexa e que quando se tenta agradar a uns logo se desagrade a outros.

O chefe do Inkatha disse que nem o seu partido nem o seu Governo regional regressam à mesa das conversações sobre o futuro do país enquanto não tiver a oportunidade de conferenciar com “colegas e líderes democráticos da África do Sul”, tanto negros como brancos.

Aproveitando-se habilmente do noticiário que nas últimas semanas tem chegado da Bósnia, Mangosuthu Buthelezi declarou querer lançar um alerta contra o perigo de “limpeza étnica”, pois

que o ANC estaria eivado de racismo contra os zulus.

O movimento liderado por Nelson Mandela — que já em Maio suspendera a sua participação na Codesa por entender que o Governo estava com práticas dilatórias quanto à transferência do poder — assumiu um tom ainda mais duro depois de, em Junho, a chacina de 43 pessoas em Boipatong ter sido atribuída a zulus residentes num albergue para trabalhadores que vivem longe das famílias.

Isolar os albergues

Para além de ter exigido do Governo que liberte todos os presos considerados de carácter político, o que irá agora ser feito até 15 de Novembro, o ANC também conseguiu convencer De Klerk a isolar devidamente os albergues e a proibir os zulus de andarem com paus, lanças e machados; o que Buthelezi de forma alguma quer aceitar, alegando que se trata dos atributos culturais de um povo.

A política da África do Sul, de 1948 até agora dominada pelo Partido Nacional, tende para uma situação em que o ANC se torne maioritário, por forças das urnas, com um voto igual para todos os cidadãos. Mas o Inkatha, de tendência conservadora, não se conforma de modo algum com a ideia de ficar com um papel secundário; ele que é o herdeiro espiritual do glorioso império zulu de há 170 anos.

O líder do Partido Democrático, o liberal branco Zac de Beer, comentou lamentar as mais recentes posições de Buthelezi, que no entanto — disse — não deverão impedir o restabelecimento da Codesa, se o ANC, o Governo e algumas outras forças se conseguirem entender.

No seu discurso de ontem, o chefe do Inkatha afirmou ainda que o seu partido (ao qual as sondagens não chegam a dar dez por cento do eleitorado total) boicotará as previstas eleições para uma Assembleia Constituinte. E pediu a ilegalização do Umkhonto we Sizwe, braço armado do ANC.

Até ao fim da tarde, nem os gabinetes de Frederik de Klerk nem de Nelson Mandela haviam ainda distribuído qualquer comunicado sobre as declarações preocupantes do homem que parece ter ficado irritado com as notícias de um entendimento entre o Partido Nacional e o Congresso Nacional Africano. ■

Jorge Heller

Sida em Moçambique: a catástrofe iminente

Imtiaz Juma

de 400 já morreram". Mas em Agosto já eram oficialmente reconhecidos 522.

O sangue nos hospitais moçambicanos corre o risco de deixar de ser seguro devido a problemas financeiros. O Governo suíço decidiu desviar verbas para o apoio à educação em Moçambique, deixando-o sem dador. O país regista já 522 casos de sida e só tem um preservativo por habitante/ano. A catástrofe é iminente.

O sangue nos bancos hospitalares moçambicanos poderá deixar de ser analisado a partir do próximo ano devido a dificuldades financeiras, revelou em entrevista ao PÚBLICO Avertino Barreto, responsável pelo Departamento de Epidemiologia e Endemias do Ministério da Saúde de Moçambique.

Segundo este especialista, também director do Programa Nacional de Controlo das Doenças Sexualmente Transmissíveis e da Sida em Moçambique, corre-se "o risco de ter que interromper o 'screening' do sangue, uma vez que [o país] depende de doações de outras nações e de organizações não governamentais e o actual financiador definiu outras prioridades (os custos são muito caros)". E Avertino Barreto conclui: "As perspectivas para o ano que vem são catastróficas."

Só nas cidades capitais de província e em alguns hospitais rurais, o rastreio custa entre 250 mil e 300 mil dólares anuais, ou seja, cerca de 31 mil a 35 mil contos. Nos últimos quatro anos, ele foi financiado pelo Governo suíço, através da Cruz Vermelha helvética, constituindo uma prática rotineira em todas as cidades do país.

Na opinião de Avertino Barreto, o país "não tem meios nem dinheiro", nem "encontrou ainda nenhum dador que se comprometa a fornecer os testes". E o médico adianta: "O descalabro é iminente."

Doze novos casos de sida todos os anos

Neste contexto, a sida surge como uma das maiores preocupações. Moçambique tem actualmente uma prevalência de indivíduos infectados com o vírus de 2,5 a quatro por cento — o que, numa população de 15 milhões de habitantes, significa que há entre 375 mil e 600 mil seropositivos.

"Em finais de Junho, Moçambique contava com 493 casos confirmados de sida", revelou Avertino Barreto, e desses, "mais

Estatísticas internacionais estimam que surjam todos os anos 12 novos casos de sida em Moçambique e que, com base em cálculos de proporcionalidade, até 1995 o vírus possa infectar mais de 100 mil pessoas. Se, por um lado, certos números sugerem que "neste momento a doença não parece ser tão alarmante como nos Estados vizinhos", por outro, a realidade poderá estar a ser subestimada, dada a impossibilidade de cobrir todo o país.

"Há grandes áreas que, devido à guerra, são inacessíveis às equipas médicas que estudam a sida", afirmou o mesmo responsável, lembrando que o "screening" do sangue só cobre 60 por cento dos dadores moçambicanos.

Sexo seguro uma vez por ano

A guerra constitui um factor de agravamento da situação. As regiões totalmente inacessíveis às autoridades sanitárias junta-se o facto de muitos médicos e pessoal de enfermagem terem sido mortos em emboscadas e — mais grave ainda — de ser "nas regiões onde a concentração das forças militares (não apenas moçambicanas, mas também estrangeiras) é maior que se regista um crescimento mais acelerado do número de indivíduos seropositivos e mesmo com sida".

Aqui, refere Avertino Barreto, "estamos certos de que os efeitos da epidemia só serão visíveis quando a guerra terminar".

O apoio aos doentes com sida, sobretudo em termos de utilização de drogas, é mínimo. "Com a carência de medicamentos que o país vive (muitas vezes há rupturas no fornecimento de medicamentos importantes em determinadas regiões mais afastadas que podem durar meses) e o apoio médico insuficiente, não existe capacidade económica para tratar estes doentes com uma medicação mais moderna, mais eficaz e, naturalmente, mais cara", explica o responsável pelo Departamento de Epidemiologia e Endemias do Ministério da Saúde.

"Quando sabemos que um doente sofre de sida, tentamos aconselhá-lo, educá-lo, bem como à família, procurando conferir a maior dignidade possível à morte", afirmou, reconhecendo ser possível "tratar uma ou outra complicação mais acessível, isto é, à altura da capacidade medicamentosa do país", mas mais nada.

A carência de medicamentos é tal que, de acordo com estimativas baseadas no "stock" de preservativos disponíveis no país, se os moçambicanos quisessem praticar sexo seguro, apenas o poderiam fazer uma vez por ano. E que, distribuídos por toda a população adulta, haveria apenas um preservativo por ano para cada habitante.

Campanhas de prevenção mais difíceis em África

Relativamente à prevenção da síndrome — actividade principal e prioritária do seu serviço —, Avertino Barreto recordou que, se já "não é fácil mudar o comportamento das populações" em geral, "em África é muito mais difícil".

Estão em curso estudos e campanhas de sensibilização junto das prostitutas, mulheres grávidas e de outros grupos de risco, como os camionistas, bem como junto de algumas populações jovens e heterogêneas. Mas, adverte o especialista, "mesmo com grandes programas de educação junto das camadas jovens, as perspectivas são pessimistas. Quando esses programas começarem a ter o seu efeito prático, dentro de 15 anos, provavelmente dez a 15 por cento da população adulta moçambicana já terão morrido".

Além do aumento de certas doenças cujo recrudescimento está relacionado com a sida (a tuberculose, por exemplo), existem outras patologias que exigem uma intervenção mais urgente em Moçambique. É o caso, entre outras, da malária, da cólera e do sarampo — todas elas ligadas à criança e que matam milhares. Sem falar, claro, na guerra, na fome e na má nutrição. ■

EXPRESSO, SÁBADO 26 DE SETEMBRO DE 1992

Dhlakama elogia Chissano

Daniel Ribeiro em PARIS

Afonso Dhlakama, ao EX-PRESSO, em declarações, via satélite, a partir da Gorongosa.

Dhlakama disse que o acordo geral de cessar-fogo será assinado, como previsto, a 1 de Outubro, tendo revelado que, após ontem a Chissano, o líder da Renamo,

a assinatura se realize em Roma. O Presidente moçambicano, designadamente por razões financeiras: «Há muita coisa que ainda tenho de preparar antes de ir para Maputo, onde é preciso pagar a casa, a água, a luz e comprar a comida».

O líder da Renamo admitiu ainda que, depois da assinatura do cessar-

JORNAL DA CIÊNCIA HOJE

4 de setembro de 1992

Unicamp & África

A Unicamp exporta seu modelo de gestão para a Univ. Eduardo Mondlane, de Moçambique. Em setembro, começa a 1ª etapa do projeto: administradores e professores africanos farão estágio na Unicamp. O projeto, de US\$ 1,5 milhão, é financiado pela Fund. Ford. O objetivo é adaptar às condições da Universidade africana — com 3 mil alunos, 22 licenciaturas e 460 professores — as formas de planejamento orçamentário, estruturação e avaliação da carreira de docentes, treinamento de funcionários e diretrizes da política interna de recursos humanos da Unicamp. Até o fim do ano uma comissão da Unicamp visitará Moçambique para prosseguir o programa.

Guebuza enaltece papel de Portugal

Jorge Heitor

A complexa mediação

Sendo a instabilidade do Governo da Itália aquilo que se sabe, o mesmo delegou a sua representação num simples deputado socialista, Mario Raffaelli, que chegou a alternar a sua presença no caso moçambicano com a que entretanto também tinha nas conversações sobre o Nagorno Karabakh.

Os outros medianeiros (a própria Comunidade de Santo Egidio, formada por católicos virados para o Terceiro Mundo, e o arcebispo da Beira, D. Jaime Gonçalves) também nem sempre conseguiram ser muito eficazes na ultrapassagem da profunda desconfiança que havia entre a Frelimo e o movimento que contra ela pegou em armas logo em 1977, no segundo ano após a proclamação da independência.

Foi assim que demorou sensivelmente dois anos para se conseguir concentrar as tropas zimbabweanas presentes em Moçambique ao longo das áreas denominadas "corredor da Beira" e "corredor do Limpopo"; para aprovar uma lei dos partidos e os princípios gerais de uma lei eleitoral. Até que, há pouco mais de três meses, os três medianeiros decidiram recorrer ao auxílio de alguns observadores, a começar por representantes de Portugal e dos Estados Unidos.

Um diplomata e dois coroneis portugueses tiveram ao longo do Verão um trabalho muito intenso no debate das questões militares e policiais e na definição do calendário para a implementação do processo eleitoral, valendo-se por vezes da experiência que Lisboa obtivera — um ano e meio antes — ao servir de medianeira entre o MPLA e a UNITA.

O velho aliado

A Grã-Bretanha, embora conste em compêndios de História como o mais velho aliado de Portugal, nunca conseguiu esconder em todo este processo que pretende ter um papel de grande importância na definição do futuro de Moçambique; até porque o país se situa numa área de profundos interesses britânicos, particularmente visíveis no vizinho Zimbabue, cujas importações e exportações se fazem através do porto da Beira.

No início de Agosto, quando ia começar a cimeira de Villa Madama, em Roma, o Palácio das Necessidades ficou mes-

mo chocado com algumas declarações de Afonso Dhlakama, que aparentemente se encostava a Londres e apresentava Portugal como um pequeno país sem grande peso na cena internacional, designadamente africana.

Dias depois, terminada a cimeira e marcada a assinatura da paz para 1 de Outubro, o líder da Renamo dava o dito por não dito e esclarecia, numa entrevista ao PÚBLICO, que — afinal — só tinha era a lamentar que os portugueses se preocupassem muito mais com Angola do que com Moçambique.

Para logo acrescentar que um eventual Governo chefiado pelo seu grupo escolheria Portugal como parceiro privilegiado.

Algumas semanas mais tarde, um encontro de Dhlakama com o secretário de estado português dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Durão Barroso, em Pretória, sem grandes alardes, viria a ser de importância para aplainar alguns dos obstáculos que ainda se levantavam ao entendimento entre a Renamo e a Frelimo.

O regime moçambicano, a braços com sucessivos amotinamentos de tropas que têm salários em atraso, não aguentava por mais tempo fazer a guerra aos rebeldes, por mais desorganizados que estes possam ser. ■

Moçambique

PÚBLICO QUINTA-FEIRA 24 SETEMBRO 1990

O Exército desmorona-se

A CINCO dias da prevista assinatura do Acordo-Geral de Paz, o Exército moçambicano encontra-se em plena desintegração, com motins uns atrás dos outros, tanto de tropas no activo como de mutilados de guerra.

O Acordo Geral deverá possivelmente ser assinado em Roma, na próxima semana — admitiu-nos ontem o chefe da delegação da Renamo às conversações, general Raul Domingos, depois de nos três dias anteriores terem sido aventadas as hipóteses de Gaberone e de Maputo. E fontes ligadas à mediação também nos disseram que a Itália gostaria muito de ver a cerimónia realizar-se na Cidade Eterna, mas que a última palavra cabe obviamente às duas partes que há mais de 15 anos se digladiam.

A capital moçambicana não reúne aparentemente as condições necessárias para o acto — reconheceu o chefe da delegação da Renamo às conversações de Roma, general Raul Domingos, cujo movimento avançara dois dias antes com a hipótese de Maputo, depois de ter sido favorável a Gaberone, capital do Botswana.

Tudo está ainda em aberto,

quanto ao local da assinatura — dizia-nos ontem a meio da tarde, num contacto telefónico para Roma, o chefe da delegação governamental, Armando Emílio Guebuza, enquanto em Maputo se aguardava o resultado de uma audiência que o Presidente Joaquim Chissano iria conceder ao embaixador da Itália, Manfredo di Camerana.

Estrada cortada

Entretanto, no centro de Moçambique, o trânsito fora cortado no chamado "corredor da Beira", por alturas da localidade do Dongo, a 30 quilómetros do litoral, e havia centenas de viaturas paradas ao longo da estrada que do Chimioio, na província de Manica, conduz à cidade da Beira.

Tal perturbação, uma das tantas que o país tem vivido nas últimas semanas, fica-se a dever a soldados amotinados do batalhão de artilharia número 57, aquartelado no Dongo e com 13 meses de salários em atraso.

Celebrava-se precisamente ontem o Dia das Forças Armadas, feriado nacional, e os soldados queixavam-se de "não ter nada para comer", dizendo um deles —

entrevistado pela Rádio Moçambique — que desde a morte do Presidente Samora Machel (há seis anos) já nem conseguiam assinalar condignamente tal festa.

Desde Julho que se sucedem as revoltas de militares no activo e de mutilados de guerra, reivindicando agora estes últimos uma pensão superior ao salário mínimo nacional, que é de apenas 40.000 meticais (o que equivale a cerca de 1700 escudos).

Quinta-feira, na cidade da Beira, cerca de 300 soldados desmobilizados que pediam a sua reintegração urgente na sociedade civil barraram o trânsito junto ao centro cultural e levaram à intervenção policial, tendo havido um morto e um ferido.

Noutro campo — face a um Exército a "cair aos bocados" —, encontra-se reunida a Assembleia da República, a fim de tratar de retirar da Constituição os artigos que foram contestados pela Renamo e de aprovar (na próxima semana) os protocolos que estão prestes a ser finalizados em Roma; bem como o próprio Acordo-Geral de Paz. ■

Jorge Heitor com Orlando Mendes, em Maputo.

O ministro Armando Guebuza confirmou-nos ontem o que Durão Barroso dissera na véspera: o Acordo Geral de Paz para Moçambique vai ser mesmo assinado no dia 1 de Outubro; embora ainda não se saiba exactamente onde. E acrescentou que Portugal terá um papel de "extrema importância" na sua aplicação.

Armando Emílio Guebuza, que durante mais de dois anos chefiou a delegação do Governo moçambicano às conversações de Roma, confirmou ao PÚBLICO que a assinatura do tão desejado Acordo Geral de Paz vai ser precisamente no primeiro dia de Outubro, data limite estipulada em 7 de Agosto — na capital italiana — pelo Presidente Chissano e pelo líder da Renamo, Afonso Dhlakama.

"Portugal terá certamente um papel de extrema importância na implementação de tudo o que ficou acordado" — disse-nos o ministro Guebuza, cujo peso na hierarquia da Frelimo ultrapassa em muito o facto de ocupar a pasta dos Transportes.

Anteriormente, fontes diplomáticas já nos haviam sublinhado que, muito mais importante do que saber agora o dia e o local exactos da assinatura do Acordo Geral de Paz, vai ser o longo período para a sua implementação, até que em Moçambique se possam realizar as primeiras eleições livres, cerca de um ano depois das que estão prestes a concretizar-se em Angola.

As delegações do Governo moçambicano e da Renamo, lideradas respectivamente por Armando Guebuza e pelo general Raul Manuel Domingos, têm-se reunido na Comunidade de Santo Egidio, em Roma, desde Julho de 1990, num processo que custou dezenas de milhões de dólares ao Estado italiano, mesmo apesar de o mesmo não se ter aparentemente empenhado muito a fundo na aproximação entre as duas partes em litígio.

Ansiedade em Moçambique

APÓS o encontro de Gaborone entre Chissano e Dhlakama, há agora claras indicações de que o Governo moçambicano e a Renamo poderão assinar o acordo geral de paz até 1 de Outubro, numa das capitais da África Austral.

Em Maputo está reunida a Assembleia da República para, de acordo com o fixado no frente-a-frente de Agosto, serem dadas garantias constitucionais à Renamo sobre todos os protocolos assinados desde Julho de 1990, altura em que começaram as negociações directas entre os rebeldes e o Governo.

A assinatura dos protocolos criou, na opinião de juristas contactados pelo EXPRESSO, uma «descontinuidade constitucional», dado que foram limitados os poderes legislativos do parlamento e introduzidas as alterações sensíveis — com o acesso privado à rádio e televisão e a implantação do sistema eleitoral de representação proporcional — sem que tal merecesse força legal.

Não está ainda claro, contudo, se a declaração do cessar-fogo será feita em paralelo com a assinatura do acordo geral de paz. Observadores afirmam que, dadas as más condições logísticas e de comunicações em que se encontram as componentes militares dos rebeldes e de Maputo, será necessário fixar um prazo para a cessação definitiva das hostilidades.

Segundo as declarações públicas de ambas as partes existe o entendimento de que as eleições gerais serão convocadas um ano após o estabelecimento do acordo de cessar-fogo, mas responsáveis das Nações Unidas, a quem competirá parte do apoio à operação, estão extremamente reticentes em relação ao prazo acordado, uma vez que o consideram «muito curto».

As dificuldades do processo angolano têm sido um ponto constante de referência e, por outro lado, insiste a ONU, os exércitos de ambos os lados são muito menos disciplinados que os da UNITA e do MPLA e a situação de acesso às populações é dramática em Moçambique.

Se o cessar-fogo parece teoricamente possível depois de ultrapassada a crise sobre os serviços de segurança e o número de efectivos do futuro exército nacional, questões práticas evidenciando a cooperação e a confiança entre ambas as partes continuam por resolver.

É o caso da ajuda alimentar de emergência a todas as zonas de conflito em Moçambique, acordada em Roma, a 16 de Julho. Dois meses depois, nem

um grama de comida foi expedido para as áreas mais afectadas, envolvendo os principais doadores e a Renamo num autêntico braço-de-ferro.

As Nações Unidas elaboraram um conjunto de rotas seleccionadas no Centro e Sul de Moçambique, a serem utilizadas por comboios de viaturas, mas a Renamo continua a mostrar resistência em relação ao projecto, pois teme que as rotas sejam utilizadas para efeitos militares pelo exército governamental, como aconteceu num passado recente.

Esta semana, Chissano, em plena Assembleia da República, chamou o general Hama Thai e o ministro do Interior, Manuel António, para garantir perante o corpo diplomático que as rotas abertas para prestar auxílio alimentar não serão utilizadas para fins militares.

Moçambique aguarda paz

TUDO continua a ser preparado em Roma para que no dia 1 de Outubro possa ser assinado o Acordo-Geral de Paz para Moçambique, mas a semana começa — a quatro dias dessa data — sem que ainda estejam prontos a rubricar três protocolos fundamentais.

Os dois beligerantes e alguns dos seus amigos, como o Zimbábue e o Botswana, gostariam de dar um toque africano à cerimónia, realizando-a numa capital como Harare ou Gaborone; mas a mediação torce a favor de Roma e parece que vai ser este o cenário finalmente escolhido.

As delegações do Governo moçambicano e da Renamo voltam amanhã a reunir-se na Comunidade de Santo Egidio, com a presença dos medianeiros e dos observadores deste processo, entre os quais o diplomata português António Sennfeit. E só depois disso é que será possível saber se os protocolos sobre questões militares, garantias e cessar-fogo ficam ou não prontos a rubricar antes do dia 1 de Outubro.

Uma das hipóteses em aberto é a de a rubrica dos pro-

toloclos e a assinatura do Acordo Geral de Paz se fazerem quase em simultâneo, uma após a outra, naquela data ou com um ligeiro atraso.

Jornalistas moçambicanos partem já hoje de Maputo para a capital italiana, mesmo antes de haver a confirmação oficial de que a cerimónia há tanto aguardada vai ser feita onde no mês passado se encontraram pela primeira vez o Presidente Joaquim Chissano e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama.

No entanto, como o PÚBLICO já escreveu, muito mais importante do que confirmar o dia e o local exactos de uma simples cerimónia vai ser acompanhar a par e passo o complexo processo de implementação do Acordo Geral de Paz, processo esse a culminar em finais de 1993, com a realização de eleições gerais.

As áreas de localização das forças de um e outro lado — ou seja o seu acantonamento provisório e depois definitivo — vão ser decerto um dos quebra-cabeças de todos os observadores internacionais durante os próximos meses.

EXPRESSO, SÁBADO 20 DE SETEMBRO DE 1992

À espera da solução mágica

APESAR das frustrações acumuladas desde as independências, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe ainda buscam a solução mágica nas «democracias instaladas há um ano e meio». Mas as esperanças geradas pela realização das primeiras eleições livres e pluralistas começam a cair em «caso roto» e aos velhos problemas — deficiente funcionamento das instituições, estrangulamentos económicos ou falta de liberdade de imprensa — juntam-se novos pólos de instabilidade.

Os dezanove meses de um Governo eleito renderam a Cabo Verde apenas um único investimento estrangeiro e, ainda por cima, polémico: o Clube 21, um local de lazer lúxuro e restrito, cujo processo de licenciamento está envolvido em suspeitas de irregularidades. E, para uma economia extremamente dependente do exterior, o corte efectuado pelos EUA em cerca de um terço na ajuda pública não veio precisamente na melhor altura.

O banco central ainda não apresentou as contas de 1990 e a inoportuna aplicação de quatro quintos das reservas cambiais no instável dólar tem levantado problemas a um país que sempre «andou em dividas», por registar uma remessa de emigrantes que equivale a um terço do PIB. Em virtude disso, foi estabelecido um limite baixíssimo (cerca de 40 contos portugueses) de compra de divisas para os cabo-verdianos que pretendem viajar.

Mas, para o primeiro-ministro Carlos Veiga, as más notícias não vieram só dos indicadores económicos e, na sexta-feira da semana passada,

surpiram na segunda maior cidade, durante uma grande manifestação de protesto contra o Governo, os primeiros cartazes a exigir a independência da ilha de S. Vicente.

A imprensa livre ainda está por surgir e a Televisão — onde a censura é de rigor e onde os novos dirigentes se mostram com uma frequência só comparável à dos «ditadores» — está a cair aos bocados.

Também em S. Tomé e Príncipe, que vai já no segundo Governo da II República, não funcionam as instituições, nem a economia e nem as liberdades.

O ex-primeiro-ministro, Celestino Costa, continua impedido de sair do país por alegadas irregularidades que nunca foram provadas em tribunal; porque durante muito tempo não houve tribunal; porque o primeiro-ministro tentou eliciar a guarda presidencial contra o Supremo Magistrado e porque o Exército andou aos tiros contra a Polícia; porque o primeiro-ministro e o ex-primeiro-ministro assaltaram a casa do ex-governador do Banco; porque o ex-embaixador em Portugal acha que a antiga potência colonial deveria voltar a tomar conta das ilhas.

Na Guiné-Bissau, as eleições estão previstas para Dezembro, mas a incógnita é total. Para um observador externo não se apresentam alternativas a «Nino» Vieira, a não ser o velho Movimento Bafata de Domingos Gomes.

Este «menino de Roma», apesar das suas reconhecidas qualidades de tribuno, seria porém uma «lança» do Vaticano cravada numa região de predominância muçulmana. O

que, sendo aparentemente bom para o Ocidente e para a «sua» democracia, poderia no entanto vir a revelar-se um acicate ao fundamentalismo muçulmano — que o actual Presidente, animista mas com vários conselheiros «mouras», tem vindo a coarçar.

Assim, no mar de dúvidas quanto ao destino do país, questiona-se igualmente se podia dar certo ter um Governo de «padres» a mandar em alemão.

Certo, certo, é que a democracia não está a revelar-se como a solução mágica para os dois primeiros PALOP e, por si só, também não constituirá a solução de todos os problemas guineenses. E eles precisam mesmo de soluções mágicas, porque têm demasiados problemas concretos a resolver. Depressa.